



Filipe Gomes da Silva

O Processo Sumário e a Reforma do Código do Processo Penal de 2013

Dissertação de Mestrado com vista à
obtenção do grau de Mestre em
Ciências Jurídicas Forenses

Orientador: Professor Doutor Frederico de Lacerda da Costa Pinto, Professor da
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Julho de 2015



Filipe Gomes da Silva

O Processo Sumário e a Reforma do Código do Processo Penal de 2013

Dissertação de Mestrado com vista à
obtenção do grau de Mestre em
Ciências Jurídicas Forenses

Orientador: Professor Doutor Frederico de Lacerda da Costa Pinto, Professor da
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Julho de 2015

Declaração anti plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que aqui apresento é original e que a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Lisboa, 13 de Julho de 2015

Agradecimentos

A realização da presente dissertação foi a tarefa mais árdua que enfrentei até hoje. Conciliar a vida profissional com a pessoal foi uma tarefa árdua, e só foi possível vencer esse obstáculo através do apoio das pessoas que me são mais próximas.

Neste plano tenho que agradecer aos meus pais, namorada e respectiva família pelo apoio incondicional ao longo dos vários meses em que trabalhei neste tema. Contudo, endereço os meus agradecimentos também aos meus colegas de trabalho e amigos.

Por último agradeço ao meu orientador, pela exigência, determinação, persistência, e enorme paciência que teve em aceitar as dificuldades que fui tendo para terminar o texto que agora apresento.

Obrigado a todos.

Modo de citar e outras convenções

A primeira citação de cada obra ou artigo é feita pelo nome do autor, título completo, ano de publicação e página citada. As citações seguintes são feitas com referência ao nome do autor, op. cit., e página citada. Se forem citadas duas obras redigidas pelo mesmo autor a segunda citação e seguintes serão feitas com referência ao nome do mesmo, parte do título da obra ou artigo, cit. e página citada.

A bibliografia está ordenada por ordem alfabética do último apelido de cada um dos autores. Monografias de vários volumes e com o mesmo autor estão ordenadas por ordem numérica de volume.

A jurisprudência é citada de acordo com o seguinte critério: em primeiro lugar refere-se o número do processo, seguido da data da decisão e do tribunal que a proferiu.

Abreviaturas

Ac. Acórdão

Acs. Acórdãos

Art. Artigo

Arts. Artigos

Cfr. Conferir

CPP Código do Processo Penal

CRP Constituição da República Portuguesa

nº número

nºs números

p. Página

pp. Páginas

ss. seguintes

Vd. Vide

Vol. Volume

Número de caracteres da dissertação

O corpo da presente dissertação apresenta um total de 128.736 caracteres, incluindo espaços e notas de rodapé.

Resumo

Com a presente dissertação pretende-se desenvolver o tema “O processo sumário e a reforma de 2013”. O objetivo da sua análise serve o interesse de compreender as virtudes e desvantagens das alterações promovidas pela Lei n.º 20/2013 ao Código do Processo Penal, sendo que o foco principal da reflexão está no impacto das medidas tomadas pelo legislador, mas também nos efeitos do acórdão n.º 174 do Tribunal Constitucional no regime da forma sumária do processo.

A abertura da aplicabilidade do processo sumário a crimes graves, ou seja, a extensão do seu âmbito de aplicação à grande criminalidade, é a medida da revisão em maior destaque porque se trata de uma verdadeira inovação no sistema penal português. Por isso, cabe analisar não só as consequências dessa medida, bem como se os objetivos da sua introdução no regime do processo sumário são cumpridos.

Cumprir referir que interessa ao legislador promover a celeridade processual, ao mesmo tempo que garante o cumprimento dos direitos associados à posição processual do arguido. Neste ponto em específico é importante perceber se se observa uma restrição censurável das garantias essenciais do arguido com as opções tomadas no âmbito da reforma de 2013.

Por outro lado, as medidas tomadas pelo legislador poderão ter promovido uma descaracterização do formato típico do processo sumário, quer ao nível da natureza da sua tramitação, quer ao nível do seu espaço e finalidade dentro do sistema penal.

Refletir sobre o exposto permitirá obter um conhecimento mais aprofundado do equilíbrio volátil entre o funcionamento da ação penal portuguesa e a Constituição, bem como a política-criminal de futuro em Portugal.

Palavras chave

Código do Processo Penal, reforma de 2013, processo sumário, garantias de defesa do arguido, celeridade, Tribunal Constitucional.

Abstract

The present work aims to develop the theme "The summary procedure and the reform of 2013". The purpose of its analysis serves the interest to understand the virtues and disadvantages of the changes introduced by Act n.º 20/2013 to our Code of Criminal Procedure, and the main focus of the present reflection is to further the impact of the measures taken by the legislator to the summary proceedings.

The opening of the most serious crimes to summary procedure is a reform measure duly highlighted because it is a true innovation in the Portuguese penal system. Therefore, it urges to analyse not only the consequences of this measure, as well as if the objectives of its introduction in the summary procedure system are met.

It should be noted that the legislator intends to promote speedy trial, and at the same time, ensure compliance with the Constitutional rights associated to the accused. At this point it is important to realize if there is a restriction of the accused essential guarantees.

On the other hand, it should be noted that the typical characteristics of summary proceedings might have been invariably modified, due to the innovative aspect of the reform. That said, the changes might have fostered a mischaracterization of the typical format of the summary procedure, both in terms of the nature of the proceedings and in terms of its space and objectives within the penal system.

Reflecting on the above will provide a deeper understanding of the volatile balance between the Portuguese governing prosecution efficiency and the Constitution, as well as the future of the criminal policy in Portugal.

Key words

Code of Criminal Procedure, 2013 reform, summary trial, the accused's defense guarantees, celerity, Constitucional Court.

Índice

Resumo	XIII
Índice.....	XXI
Introdução	1
1. A reforma do Código do Processo Penal de 2013	3
1.1. O Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional	5
2. A descaracterização do processo sumário	19
2.1. Novos Prazos e novos procedimentos.....	23
2.1.1. O prazo para fim do julgamento	27
2.1.2. A escolha da forma processual	33
2.2. Diferenças ao nível da prova.....	34
2.3. O novo objecto do processo sumário	36
3. Celeridade e Garantias Processuais	39
3.1. A celeridade	39
3.2. As garantias processuais do arguido	43
3.3. O problema da competência dos tribunais criminais	53
3.3.1. A fragilidade do flagrante delito – efeitos na competência	60
Conclusão	63
Bibliografia.....	66

Introdução

A Lei n.º 20/2013 que promoveu várias alterações ao Código do Processo Penal propôs-se a ser meramente cirúrgica, mas o efeito que obteve poderá ter sido bem mais lato do que inicialmente pretendido.

Um dos institutos mais focados pelo legislador na reforma de 2013 foi o regime do processo sumário, sendo alvo de uma extensão do seu âmbito de aplicação e de algumas alterações relevantes ao nível da sua tramitação, todas com o intuito proclamado de instituir uma justiça mais célere e resoluta em Portugal.

Das alterações promovidas surgem questões quanto ao respeito do regime pelos princípios essenciais consagrados pela nossa Constituição, que é o tema principal da presente tese, bem como sobre o impacto relativamente à manutenção da estrutura típica do processo sumário.

Quanto ao primeiro aspeto caberá analisar se a abertura do processo sumário à grande criminalidade provoca uma restrição intolerável das garantias essenciais de defesa do arguido, mas também se o foi operada uma articulação eficiente entre celeridade e garantias essenciais.

No que diz respeito ao segundo tema será importante refletir sobre as alterações efetuadas ao nível da tramitação processual da forma sumária e quais as suas consequências no plano da eficiência da ação penal. Neste ponto será igualmente importante fazer a ligação com a problemática das garantias essenciais em específico, bem como a analisar se a finalidade do processo sumário na sistemática da justiça criminal se mantém a mesma.

1. A reforma do Código do Processo Penal de 2013

Em 2013 a Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro, introduziu alterações relevantes ao Código do Processo Penal. Os objetivos desta revisão ao Código foram atempadamente apresentados pelo legislador na Exposição de motivos à Proposta de Lei n.º 77/XII, no qual se afirma que “com a presente proposta de lei submete-se à apreciação da Assembleia da República uma alteração ao Código de Processo Penal, com vista à sua adequação entre, (...), a necessidade da celeridade e eficácia no combate ao crime e defesa da sociedade e, por outro, a garantia dos direitos de defesa do arguido.”.

Sugeria-se, por isso, uma opção de compromisso que permitisse a obtenção de um equilíbrio estável entre os princípios da celeridade e os direitos de defesa do arguido. A opção por uma política criminal naquele sentido baseava-se na pretensão do legislador em otimizar a eficácia da justiça penal, favorecendo os valores promovidos pelo sistema penal em defesa do Estado de Direito.

Uma vez que o processo sumário consiste numa forma célere de resolução de conflitos, tornar a sua aplicação mais frequente serviria o propósito de efetivar uma justiça mais rápida, plenamente enquadrada com a política criminal a seguir no futuro pelo legislador.

No entanto, as novas soluções introduzidas só terão a legitimidade pretendida caso respeitem as garantias plenamente consagradas na Constituição da República Portuguesa. Nas palavras do Procurador João Conde Correia “todas as medidas, constitucionalmente admissíveis, que promovam a razoabilidade do prazo necessário para um veredicto final justo, são muito bem-vindas”, logo “acelerar o processo deverá ser, mesmo, um inquestionável imperativo jurídico e político”. Assim, “o poder legislativo deverá, por isso, fazer de tudo o que esteja ao seu

alcance para propiciar as condições processuais indispensáveis à celeridade da justiça penal”¹.

Compreende-se nestas palavras dois pontos essenciais: por um lado a política criminal tem o dever de usar os meios que considere necessários à obtenção de uma justiça penal mais célere, mas, por outro, só deve fazê-lo respeitando os valores constitucionais consagrados no nosso ordenamento jurídico (conforme é possível notar nas palavras anteriormente citadas “todas as medidas, constitucionalmente admissíveis...”).

A acompanhar aquelas questões surgem outras que dizem respeito aos requisitos de aplicação da forma sumária do processo. Antes da reforma a aplicabilidade do processo sumário dependia do encontro dos seguintes requisitos: dever-se-ia verificar uma detenção em flagrante delito, e o crime devia ser punível com pena de prisão cujo limite máximo abstratamente aplicável não fosse superior a cinco anos, mesmo nos casos de concurso de infrações. Após a reforma, a moldura penal exigida para que seja aplicável a forma sumária foi exponencialmente alargada, acompanhando de certa forma as ações legislativas levadas a cabo nos últimos anos².

O critério subjacente ao quantitativo da pena é eliminado como requisito do processo sumário, mantendo-se apenas como critério essencial a verificação de uma detenção em flagrante delito. Com esta solução o âmbito de aplicação do

¹ CORREIA, João Conde. “Os processos sumários e o carácter simbólico de uma justiça dita imediata.” In *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma cirúrgica?*, Coimbra Editora, 2014, p. 218.

² ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código de Processo Penal*, 2.^a edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2008, pp. 970 e 971: “1. Na versão inicial do CPP, o processo sumário era aplicável aos detidos em flagrante delito por crime punível com pena até três anos de prisão, se fossem maiores de 18 anos de prisão à data do facto e a detenção fosse realizada por autoridade judiciária ou entidade policial. O julgamento deveria ter lugar dentro de 48 horas após detenção ou, sendo adiado, até cinco depois da detenção (...) 2. A Lei n.º 59/98, de 25.8, suprimiu o requisito da idade mínima (...) 3. A Lei n.º 48/2007, de 29.8, alargou de novo, o âmbito de aplicação (...) a todos os crimes puníveis com pena até cinco anos de prisão (...) todos os detidos em flagrante delito”.

processo sumário alarga-se a quase todos os crimes previsto no Código Penal, com exceção dos referidos no n.º 2 do artigo 381.º do CPP³.

As alterações promovidas ao regime do processo sumário não foram pacificamente aceites na prática judicial e, por conseguinte, o Tribunal Constitucional foi chamado a pronunciar-se sobre aquela matéria. Em 2014, através do acórdão n.º 174/2014, o Tribunal declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral na redação introduzida pela reforma de 2013 ao n.º 1 do artigo 381.º do Código do Processo Penal, e na “interpretação segundo a qual o processo sumário aí previsto, é aplicável a crimes cuja pena máxima abstratamente aplicável é superior a cinco anos de prisão, por violação do artigo 32.º, n.º 1 e 2, da Constituição”.

A pronúncia do Tribunal obriga a que a análise desta matéria tenha em atenção as impacto daquela decisão, sobretudo quanto à forma como o regime do processo sumário será aplicado no futuro.

Só depois será abordado o tema da articulação das garantias processuais com o julgamento expedito, refletindo sobre as virtudes das alterações operadas pelo novo diploma.

1.1. O Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional

As alterações promovidas pela reforma de 2013 quanto ao âmbito de aplicação do regime do processo sumário foram apreciadas pelo Tribunal Constitucional ao longo de sucessivos acórdãos entre 2013 e 2014.

Os tribunais inferiores foram responsáveis pela rápida subida deste tema ao Tribunal Constitucional refletindo por várias ocasiões as suas dúvidas relativamente ao n.º 1 do artigo 381.º do CPP, na redação conferida pela Lei n.º

³ O processo sumário não é aplicável “por crime a que corresponda a alínea m) do artigo 1.º ou por crime previsto no título III e no capítulo I do título V do livro II do Código Penal e na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário”.

20/2013. A questão principal que se pretendia ver discutida era se o novo regime do processo sumário (pós reforma) respeitava as garantias essenciais do arguido, devidamente consagradas pela nossa constituição.

No primeiro acórdão proferido sobre esta matéria, o acórdão n.º 428/2013, de 15 de Julho, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 381.º do CPP, na interpretação segundo a qual “o processo sumário aí previsto é aplicável a crimes cuja pena máxima abstratamente aplicável é superior a cinco anos de prisão, por violação do artigo 32º, n.ºs 1 e 2, da Constituição” e entendeu que o “princípio da celeridade processual não é um valor absoluto e que deve ser compatibilizado com as garantias de defesa do arguido”. O Tribunal concorda com o balanceamento entre o princípio da celeridade e as garantias criminais, mas afirma que deve ser dada prioridade aos direitos estabelecidos a favor da posição do arguido.

Naquele acórdão é ainda demonstrada a preocupação com outras questões relevantes, nomeadamente com a extensão do objeto do processo sumário (que se alastra à grande criminalidade) e com a modificação da distribuição de competências dos tribunais criminais (o tribunal singular pode ver o seu âmbito de competências alargado).

No primeiro tema, a preocupação centra-se no facto de os crimes graves exigirem a análise de um conjunto de elementos mais complexo e extenso. Nesse sentido refere o Tribunal que no que respeita à “personalidade do agente, à motivação do crime e a circunstâncias anteriores ou posteriores ao facto”, o tempo de análise por parte do juiz apresenta-se manifestamente curto. Por isso, a garantia de que o arguido terá acesso a um processo justo é colocado em causa, visto ser exigido ao juiz que decida sobre vários elementos complexos num prazo insuficiente.

No segundo tema considera-se que o tribunal singular oferece menores garantias ao arguido, e que por isso o alargamento da sua competência constitui

uma limitação às garantias essenciais de defesa do arguido. Este entendimento é justificado pelo facto do tribunal singular apenas contar com um juiz por julgamento, face à colegialidade do tribunal coletivo, que contém três juízes, além de oferecer “menores garantias do que aquele que é feito pelo tribunal coletivo, uma vez que — e antes de mais — aumenta a margem de erro na apreciação dos factos e, assim, a possibilidade de uma decisão menos justa”⁴.

Posteriormente àquele acórdão, outros foram surgindo tendo sempre como enquadramento a mesma matéria de fundo⁵. A base de fundamentação nesses acórdãos seguiu, dessa forma, a mesma orientação do primeiro: a preocupação com as garantias do arguido; o problema da distribuição de competências pelos tribunais e da abertura da grande criminalidade a uma forma mais célere do processo.

O sentido da pronúncia do Tribunal Constitucional foi sempre no mesmo sentido, declarando a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 381.º do CPP, embora a interpretação não seja sempre a mesma. Neste ponto, cabe explicitar que o Acórdão n.º 469/2013 do Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 381.º do CPP num sentido interpretativo diferente do acórdão n.º 428/2013⁶.

Na opinião de Beatriz Seabra de Brito, a interpretação proferida pelo acórdão n.º 469/2013 não tem correspondência com os efeitos legais que se podem

⁴ Cfr. Ac. n.º 393/89, de 18 de Maio, do Tribunal Constitucional.

⁵ Nomeadamente: Acs. n.º 469/2013, de 13 de Agosto, n.º 828/2013, de 28 de Novembro, n.º 848/2013, de 10 de Dezembro, n.º 849/2013, de 10 de Dezembro, n.º 47/2014, de 4 de Janeiro, todos do Tribunal Constitucional.

⁶ O Ac. n.º 469/2013, de 13 de Agosto, do Tribunal Constitucional, declarou a inconstitucionalidade na interpretação segundo a qual “o processo sumário aí previsto é aplicável a crimes cuja pena máxima abstratamente aplicável é superior a cinco anos de prisão, sem que o Ministério Público tenha utilizado o mecanismo de limitação de pena a aplicar em concreto a um máximo de cinco anos de prisão previsto no artigo 16.º, n.º 3, do Código do Processo Penal”. Por isso, tal como refere Beatriz Seabra de Brito em “Um processo sumário desassossegado: da reforma de 2013 à reconfiguração do regime legal em face do Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, p. 263, o referido acórdão apenas foi invocado no pedido de fiscalização concreta ao n.º 1 do artigo 381.º do CPP como “reforço de fundamentação”.

retirar do artigo 381.º do CPP, uma vez que “o processo sumário é sempre aplicável relativamente a detidos em flagrante delito, independentemente da pena que ao caso for aplicável e daí também que não tenha de funcionar o mecanismo de limitação da pena a que se refere o artigo 16.º, n.º 3, do Código do Processo Penal”⁷.

Aliás, conforme refere o Professor Frederico da Costa Pinto, o artigo 16.º, n.º3 do Código do Processo Penal “é um mecanismo de atribuição concreta de competência a um tribunal singular para realizar o julgamento de casos que seriam (...) da competência do tribunal coletivo”⁸. Desta modo, face à redação que a revisão de 2013 introduziu e que confere competência ao tribunal singular para todos os crimes em que se verificou um flagrante delito, o n.º3 do artigo 16.º “deixaria de ser usado como uma norma de determinação da competência do singular (com o desaforamento do tribunal coletivo), para ser exclusivamente usado para limitar o poder sancionatório de um tribunal singular que por lei já era competente para julgar o caso”⁹.

Por isso, a aplicação do n.º 3 do artigo 16.º do Código do Processo Penal ao regime do processo sumário não é possível, dado que a sua prerrogativa é apenas conferir ao Ministério Público a possibilidade legal de determinar concretamente a competência do tribunal singular¹⁰ apenas quando estejam em causa crimes com

⁷ Sobre esta matéria em específico vd. em pormenor BRITO, Beatriz Seabra de - “Um processo sumário desassossegado: da reforma de 2013 à reconfiguração do regime legal em face do Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 2014, Ano 24, pp. 263 e ss.

⁸ Cfr. PINTO, Frederico de Lacerda da Costa - “Razão e finalidade na revisão de 2013 do Código do Processo Penal.” *Revista Themis - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, n.º 24/25, Ano XIII, 2013, p. 188.

⁹ Vd. PINTO, Frederico de Lacerda da Costa..., op. cit., p. 188, que acrescenta que: “assim sendo, deve entender-se que o regime do artigo 16.º n.º 3, do CPP não pode ser usado no processo sumário pois – bem ou mal – em tal caso o legislador deixou de condicionar a competência do Tribunal à medida legal da pena.”.

¹⁰ Conforme refere o Professor Frederico da Costa Pinto em PINTO, Frederico de Lacerda da Costa..., op. cit., p. 188, “ao atribuir diretamente competência ao Tribunal singular para realizar o

abstratamente aplicável superior a cinco anos de prisão e cuja competência caberia ao tribunal coletivo¹¹.

A argumentação exposta é confirmada pela atuação legislativa do próprio legislador, dado que eliminou a solução idêntica ao n.º 3 do artigo 16.º do CPP que constava no n.º 2 do artigo 381.º antes da reforma de 2013¹². Como refere Beatriz Seabra de Brito, “este preceito continha uma previsão similar à do artigo 16.º n.º 3, e compatibilizava-se com o anterior conteúdo normativo do n.º1 desse artigo 381.º, que remetia para processo sumário os detidos em flagrante delito por crime punível com pena de prisão cujo limite máximo não fosse superior a cinco anos”¹³.

Por este motivo mais tarde, o Tribunal Constitucional viria a declarar a referida inconstitucionalidade com força obrigatória geral por via do acórdão n.º 174/2014, mas seguindo a interpretação normativa expressa pelo acórdão n.º 428/2013.

Contudo, a referida pronuncia do Tribunal Constitucional não foi unânime. A Conselheira Doutora Maria João Antunes votou desfavoravelmente à posição tomada pelo restantes juízes do Constitucional, e na sua declaração de voto de vencido justifica porque considera que o novo regime de processo sumário respeita as garantias fundamentais do arguido: “a tramitação vigente do processo sumário assegura o julgamento do arguido no mais curto prazo possível compatível com as garantias de defesa (artigo 32.º, n.º s 1 e 2, da Constituição), harmonizando as finalidades que são apontadas ao processo penal de um Estado de direito democrático: a descoberta da verdade material e a realização da justiça, a proteção

julgamento na forma sumária o caso está manifestamente fora dos pressupostos de aplicação do regime do artigo 16.º, n.º 3, do CPP”.

¹¹ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 264 a 266.

¹² Vd. PINTO, Frederico de Lacerda da Costa..., op. cit., p. 188.

¹³ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 266, que acrescenta: “o requerimento do Ministério Público no sentido de dever ser aplicada, em concreto, pena inferior a essa, tinha o efeito prático de permitir que crimes puníveis, em abstrato, com pena superior a cinco anos pudessem, ainda assim, ser julgados em processo sumário pelo juiz singular”.

dos direitos dos cidadãos e o restabelecimento da paz jurídica comunitária e da paz jurídica do arguido, postas em causa com a prática do crime”.

Acrescenta ainda que ao mesmo tempo que foram introduzidas medidas indutoras de celeridade, o legislador teve o cuidado de instituir outras medidas protetoras do arguido, no sentido de adaptar o regime à nova abrangência, nomeadamente porque a “fase anterior ao julgamento em processo sumário contempla a possibilidade de o arguido requerer, desde logo prazo para a preparação da defesa, não superior a 15 dias (...) bem com a possibilidade de o Ministério Público ordenar diligências de prova essenciais à descoberta da verdade”¹⁴

A seu ver o regime de processo sumário pós-reforma defende os fins para os quais foi construído, promovendo eficácia na ação do Estado na defesa dos valores de justiça democrática, e porque foram tomadas medidas capazes de diminuir o impacto da abertura da forma sumária do processo aos crimes graves.

Contudo, uma vez declarada a inconstitucionalidade suscita-se a dúvida sobre qual o regime de processo sumário em vigor. A pertinência deste tema comprova-se pela necessidade de evitar que uma norma considerada inconstitucional continue a ser aplicada no nosso ordenamento jurídico. Por este motivo poderá correr-se o risco de falta de coerência na atuação dos tribunais pelo simples facto de existirem dúvidas quanto ao regime em vigor.

A decisão do Tribunal Constitucional culminou com a “declaração da inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da mesma norma do artigo 381.º, n.º 1, do CPP, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, na interpretação

¹⁴ Apesar de referir que não concorda com o sentido decisório do Tribunal, concorda “que tem havido uma descaracterização censurável do processo sumário podendo mesmo equacionar-se a sua transformação numa forma simplificada do processo comum”. Este entendimento pode significar considera não existir qualquer virtude na política criminal seguida atualmente, mas que por outro lado, independentemente da pertinência das modificações, o legislador teve o cuidado de munir o arguido de condições para exercer a sua defesa.

segundo a qual, o processo sumário aí previsto é aplicável a crimes cuja pena máxima abstratamente aplicável é superior a cinco anos de prisão, por violação do artigo 32.º, n.ºs 1 e 2 da Constituição”.

O acórdão n.º 174/2014, que definiu a inconstitucionalidade conforme mencionada no anterior parágrafo, surgiu no âmbito de um pedido formalizado ao Tribunal Constitucional em regime de fiscalização abstrata¹⁵, efetuado pelo Ministério Público, e cujos efeitos da decisão encontram-se estabelecidos no artigo 282.º da Constituição da República Portuguesa: a declaração de inconstitucionalidade ou de ilegalidade com força obrigatória geral produz, assim, efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, determinando a repristinação da norma anteriormente revogada¹⁶.

Por outro lado, os primeiros acórdãos relativos a esta matéria tiveram subjacente o mecanismo da fiscalização concreta que promove os seguintes efeitos: “a decisão do Tribunal Constitucional, julgando inconstitucional (ou ilegal) uma norma em recurso do controlo incidental feito pelos tribunais, só tem efeitos na decisão recorrida proferida pelo tribunal *a quo*. Não há, assim, eficácia *erga omnes*¹⁷ da decisão sobre a validade da norma considerada inconstitucional.”¹⁸.

¹⁵ De acordo com o artigo 281.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa, “o Tribunal Constitucional aprecia e declara ainda, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade ou a ilegalidade de qualquer norma, desde que tenha sido por ele julgada inconstitucional ou ilegal em três casos concretos”.

¹⁶ Em matéria penal, e para efeitos de caso julgado, há que ter em conta se a declaração da inconstitucionalidade coloca o arguido numa posição menos favorável, nos termos do n.º 3 do artigo 282.º da CRP: “Ficam ressalvados os casos julgados, salvo decisão em contrário do Tribunal Constitucional quando a norma respeitar a matéria penal, disciplinar ou de ilícito de mera ordenação social e for de conteúdo menos favorável ao arguido.”

¹⁷ Não existindo efeito *erga omnes*, a decisão só vincula *inter partes*, ou seja, vincula apenas as partes incluídas no processo. O efeito *erga omnes* conduz ao resultado oposto, ou seja, vincula todos à decisão, incluindo partes do processo e fora do mesmo.

¹⁸ Cfr. CANOTILHO, J.J. Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 4ª edição. Almedina, p. 1000: “A decisão do TC faz caso julgado no processo. A norma julgada inconstitucional pelo TC não pode ser aplicada nem no processo recorrido nem por qualquer outro tribunal que venha a conhecer dele em fase de recurso (cfr. LTC, artigo 80.º, n.º 1). Neste sentido, a decisão do TC faz *caso julgado formal*, impedindo que a questão volte a ser retomada no

Isto significa que os efeitos da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional nos acórdãos anteriores apenas produziam efeitos *inter partes*, ou seja, entre as partes envolvidas no processo que motivou o pedido de apreciação. Da decisão referida faz-se caso julgado, sendo que “a norma julgada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional não pode ser aplicada nem no processo recorrido nem por qualquer outro tribunal que venha a conhecer dele em fase de recurso”¹⁹.

A declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral tem “força de lei, porque as sentenças *têm valor normativo* (como as leis) para todas as pessoas físicas e coletivas (e não apenas para os poderes públicos) juridicamente afetadas nos seus direitos e obrigações pela norma considerada inconstitucional.”²⁰.

Como tal todos os intervenientes na justiça penal, incluindo o legislador, devem respeitar a decisão tomada pelo Tribunal Constitucional e à qual se encontram vinculados. Existe, por isso, “um limite negativo geral vinculativo do legislador: proibição da reprodução, através de lei, da norma declarada inconstitucional”²¹.

Noutro plano, interessa ainda perceber quais os efeitos retroativos da declaração de inconstitucionalidade. Uma vez que a pronúncia do Tribunal Constitucional tem efeito *ex tunc*, os efeitos da decisão produzem-se “eliminando *ab initio* do universo jurídico a norma inconstitucional (ou ilegal) e os seus efeitos”²². Nos casos em que se verifique que o processo sumário foi aplicado com

processo; faz *caso julgado material* no processo no que respeita à questão de inconstitucionalidade suscitada. Discutível é a questão da extensão do caso julgado à interpretação em conformidade com a Constituição feita pelo TC (LTC, artigo 80.º, n.º 3)”.
¹⁹ CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p. 1000 e artigo 80º, n.º 1 da Lei do Tribunal Constitucional.

²⁰ CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p.1009.

²¹ CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p.1011.

²² DA COSTA, José Manuel M. Cardoso - *A jurisdição Constitucional em Portugal*. 3ª Edição. Almedina, p. 93.

base no regime introduzido pela reforma de 2013, deve o processo ser remetido para a forma comum, porquanto não haja ainda trânsito em julgado de decisão²³²⁴.

Face ao exposto no parágrafo anterior, a repristinação da norma anterior é o procedimento natural, mas por outro lado os efeitos repristinatórios padecem de algumas limitações. De acordo com o Professor Doutor Gomes Canotilho deve optar-se pela repristinação da norma anterior “quando entre nenhuma norma e a norma repristinada, seja esta a solução mais razoável, e que não haja repristinação “quando a norma declarada inconstitucional não tiver revogado qualquer norma anterior”²⁵.

Repristinar a norma anterior é por isso a solução que melhor resolve o problema em apreço. Um vazio jurídico colocaria em risco o controlo quanto à legalidade dos pressupostos de aplicação da forma sumária do processo. Consequentemente, devido à dúvida que se coloca sobre os requisitos necessários para a aplicação do processo sumário, a eficiência da ação penal e do funcionamento do sistema seria diminuída, visto que não haveria na prática judiciária uma aplicação consistente dos pressupostos que legitimam a aplicação do processo sumário.

Como tal seria observável uma aumento da litigância pela confusão criada pela falta de um comando legal, no qual constem todos os pressupostos da aplicabilidade da forma sumária do processo, e que permitisse a todos os

²³ Vd. CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p. 1011: “Não são, porém, atingidos pela declaração de inconstitucionalidade (ou ilegalidade) os efeitos jurídicos produzidos pela norma inconstitucional (ou ilegal), ou ao arbitrio dela, que hajam entretanto constituído caso julgado”.

²⁴ Cfr. CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p. 1013: Acaba por ter dois efeitos: “invalidade e cessação de vigência da norma ou normas declaradas inconstitucionais a partir do momento da entrada em vigor destas normas e não apenas a partir do momento da declaração de inconstitucionalidade; proibição da aplicação das normas inconstitucionais a situações ou relações desenvolvidas à sombra da sua eficácia e ainda pendentes.”.

²⁵ CANOTILHO, J.J Gomes - Direito Constitucional e Teoria da Constituição..., cit., p. 1017.

intervenientes um controlo eficaz da legalidade da sua aplicação ao crime ou crimes em causa.

Já noutro ponto cabe referir que no Acórdão n.º 174/2014, o Tribunal Constitucional declara inconstitucional a norma 381, n.º 1 na interpretação, segundo a qual, o processo sumário aí previsto é aplicável a crime cuja pena máxima, abstratamente aplicável seja superior a cinco anos de prisão. Sendo assim, o tribunal não se decidiu pela inconstitucionalidade parcial ou total da norma, mas sim pela inconstitucionalidade numa determinada interpretação.

Assim surge a dúvida se n.º 2 do artigo 381.º do CPP na redação atual continua a fazer sentido face ao regime que foi instituído. Porém, a questão não foi colocada ao Tribunal em termos que permitam apreciar a questão relativa ao n.º 2 do artigo 381.º do CPP com a necessária segurança. Em defesa da integridade do artigo 381.º, a opção normal seria fazer regressar o n.º 2 na redação anterior à reforma, uma vez que caso seja novamente aplicável a redação do n.º 1 nos termos anteriores à reforma, a prerrogativa que permitia ao Ministério Público aplicar o processo sumário a crimes com pena superior a 5 anos, caso considere que em concreto deva ser aplicada pena que não ultrapasse aquele número de anos ganha, de novo, sentido útil (conforme já mencionado no presente capítulo)²⁶.

A posição apoiada pela doutrina penal mais recente defende o regresso do critério quantitativo da pena, pressupondo no entanto que se mantém aplicável o n.º 2 do art.º 381 do CPP na redação introduzida pela reforma de 2013. O Professor Germano Marques da Silva defende essa opção²⁷, tecendo, inclusive, as suas posteriores considerações no pressuposto de que se encontra em vigor a redação anterior à reforma.

²⁶ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 264 a 266.

²⁷ Neste âmbito conferir SILVA, Germano Marques da - *Direito Processual Penal português: do procedimento*, vol. III, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014, pp. 394 e ss.

Por outro lado, Beatriz Seabra de Brito, num texto em que procede a uma análise crítica do acórdão n.º 174/2014²⁸, afirma que “defendendo-se que a norma julgada inconstitucional não está apta a revogar a(s) norma(s) precedente(s) válida(s) (...) nenhum obstáculo existe à manutenção da vigência do n.º 2 do artigo 381.º do CPP, na anterior redação”²⁹. Ou seja, na opinião de Beatriz Seabra de Brito a preocupação não deve recair sobre se continua em vigor a redação do n.º 2 atual, mas sim se a disposição legal do artigo 381.º, n.º 2, na redação dada pela Lei n.º 48/2007 volta a estar em vigor.

Sobre este ponto refere que essa norma deixou de vigorar “por força da alteração normativa operada pelo artigo 381.º, número 1, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, que se afasta, como consequência lógica, a disposição legal do artigo 381.º, n.º 2, na redação dada pela Lei n.º 48/2007”. Mais refere que aquele efeito se deu “porquanto se entende ser destituído de efeito útil o mecanismo de limitação da medida concreta da pena, a requerimento do Ministério Público, quando a nova configuração (agora considerada inconstitucional) do regime legal do processo sumário deixou de estar condicionada ao critério da medida da pena”³⁰.

Ora, se o novo regime do processo sumário introduzido pela reforma de 2013 retirou critério do quantitativo da pena, a prerrogativa que permitia ao Ministério Público requerer a realização de julgamento na forma sumária do processo (nos casos em que não devesse ser aplicada pena concreta superior a 5 anos) deixa de fazer sentido.

Por isso, como continua Beatriz Seabra de Brito, “a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral incidente sobre a disposição

²⁸ BRITO, Beatriz Seabra de - “Um processo sumário desassossegado: da reforma de 2013 à reconfiguração do regime legal em face do Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 2014, Ano 24.

²⁹ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 292.

³⁰ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 292.

constante do artigo 381.º, n.º 1, do CPP, na redação introduzida pela Lei n.º 20/2013, quando interpretada no sentido de permitir o julgamento em processo sumário por crimes com pena máxima abstratamente aplicável superior a 5 anos de prisão, não poderá implicar o renascimento de norma anterior: é que não ressurgem o que nunca deixou (juridicamente) de vigorar”³¹.

Face ao entendimento exposto por si, Beatriz Seabra de Brito conclui, à luz do que já foi mencionado na presente tese sobre os efeitos repristinatórios estabelecidos constitucionalmente, que “a regulamentação do processo sumário ora vigente inclui tanto a disposição constante do n.º 1 do artigo 381.º na redação introduzida pela Lei n.º 48/2007, como a disposição constante do n.º 2 do artigo 381.º do mesmo diploma. Assim se permite que o processo sumário tenha intervenção em relação a crimes cuja pena máxima ultrapasse aquele limite, contando com que o Ministério Público entenda dever aplicada, em concreto, pena de prisão superior a 5 anos”³².

Sendo assim, o n.º 2 do artigo 381.º na redação dada pela revisão de 2013 que impede a aplicação da forma de processo sumária a um conjunto de crimes, mesmo em caso de detenção em flagrante, deixa de estar em vigor. Aplicar-se-ão a esses crimes as mesmas regras de determinação concreta de competência dos tribunais criminais, em conformidade com os artigos 13.º, 14.º e 16.º do CPP, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 381.º do CPP na redação anterior à reforma.

Significa, portanto, que o acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional teve como efeito o regresso do regime do artigo 381.º tal como estabelecido antes da reforma de 2013.

Contudo podem surgir problemas estruturais do regime de processo sumário quando globalmente considerado, dado que algumas soluções previstas foram

³¹ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 293.

³² Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 293.

introduzidas tendo em conta a aplicação daquela forma especial de processo a um conjunto muito mais alargado de crimes.

Como tal, urge uma ação rápida do legislador de modo a terminar com a incerteza jurídica subsequente à declaração de inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 381.º, porque, como se verifica, tem efeitos mais vastos do que o regresso à abrangência do regime anterior.

2. A descaracterização do processo sumário

Face às sucessivas alterações que têm sido introduzidas ao regime do processo sumário, observa-se uma aproximação da sua finalidade aos objetivos políticos-criminais do processo comum. Contudo as semelhanças não se restringem somente ao objeto de ambos os regimes, sendo igualmente observáveis algumas semelhanças ao nível da tramitação.

O processo sumário sempre teve uma finalidade única, mas o regime que parece resultar da reforma comporta duas finalidades e realidades distintas. O Procurador João Conde Correia sustém esse entendimento, afirmando que “para além dos procedimentos, há muito cristalizados, depurados e interiorizados pela *praxis* jurídica quotidiana surgiu outra realidade normativa, de fronteiras, contornos e consequências claras e definidas”. Justifica acrescentando que ao “julgamento imediato da pequena e média criminalidade, efetuado apenas na sequência da detenção em flagrante delito”, a reforma de 2013 aditou “um julgamento, igualmente denominado sumário, mas realizado já algum tempo depois (...) e na sequência de um incontornável esforço probatório prévio”³³.

O processo sumário aproxima-se do processo comum na segunda realidade, caracterizada pela menor celeridade dos atos, por julgamento mais longo, e acompanhado por uma fase de diligências e produção de prova que antes não existia.

O processo sumário foi concebido como alternativa processual à forma comum, permitindo a rápida resolução de casos concretos cuja visibilidade permitisse o seu julgamento numa forma processual mais célere. O regime funcionaria apenas perante crimes associados à média e pequena criminalidade, e a verificação da detenção do agente em flagrante delito (o flagrante delito justificaria

³³ CORREIA, João Conde..., op. cit., pp. 220 e ss.

a rápida submissão dos factos a juízo pela simplicidade da prova), tendo por isso uma aplicabilidade residual face ao regime comum.

Nas palavras de Anabela Miranda Rodrigues, a finalidade essencial do regime do processo sumário “reside na verificação imediata dos factos e dispensa da investigação que aquela verificação justifica, com a consequente introdução imediata do facto em juízo. Assim se pretende, responder a uma necessidade de compromisso entre eficácia e celeridade, por um lado, e atenção devida a uma correta administração das provas e aos direitos de defesa do arguido, por outro lado”³⁴.

Além disso, para além do objetivo de se proceder à apresentação célere do detido a julgamento, o processo sumário “assume também relevo em matéria de “organização judiciária. Através do processo sumário, e na sequência quer da simplicidade de prova, quer da pouca gravidade do crime e da pena, pretende-se maximizar as capacidades decisórias de um tribunal – ou seja, que um juiz singular possa, numa sessão, realizar e resolver sucessivamente vários processos”³⁵.

Por isso para que possa cumprir o seu papel no sistema penal português o regime do processo sumário não pode ser substancialmente alterado, sob pena de perder as características essenciais que o diferenciam das outras formas de processo.

Porém a reforma de 2013 introduziu inovações que alteraram as características essenciais do processo sumário, tais como: um dos requisitos típicos foi eliminado do n.º 1 do artigo 381.º do CPP, o que significa que o critério quantitativo de pena desapareceu, dando lugar à abrangência a todos os delitos, independentemente do valor da pena associada (com exceção dos crimes referidos

³⁴ RODRIGUES, Anabela Miranda. “A celeridade no Processo Penal: uma visão de direito comparado.” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 1998, Ano 8, p. 246.

³⁵ CUNHA, José Manuel Damião da - “Aspetos da revisão de 2013 do CPP” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 2013, Ano 23, pp. 246 e 247.

no n.º 2 do artigo 381.º do CPP); as regras de distribuição de competência material foram alteradas por efeitos do novo âmbito da forma sumária, verificando-se um aumento da competência do tribunal singular; introduziram-se novos prazos, a fase pré-judicial cresceu em complexidade e a tramitação da audiência adensou-se.

Parte das referidas alterações surgiram devido à preocupação do legislador em estabelecer um equilíbrio entre celeridade do processo e as garantias do arguido, na tentativa de acompanhar a crescente complexidade dos crimes submetidos a juízo por efeito da abertura daquela forma processual a crimes mais graves.

Contudo, ao tentar adaptar o regime à nova abrangência, o processo sumário acabou por sofrer uma descaracterização atípica, visível sobretudo pelas alterações promovidas quanto à audiência de julgamento em processo sumário.

Aquela realidade é notada pela Conselheira Doutora Maria João Antunes no acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional, que pese embora tenha vota em sentido contrário ao da decisão, assumiu na declaração de voto de vencido a descaracterização do processo sumário com as seguintes palavras: “Entendo que a tramitação vigente do processo sumário assegura o julgamento do arguido no mais curto prazo possível compatível com as garantias de defesa (artigo 32.º, n.ºs 1 e 2, da Constituição) (...) Sem prejuízo de entender, no plano do direito infraconstitucional, que há outros pontos de harmonização político-criminalmente mais corretos (...) e de considerar que tem havido uma descaracterização censurável do processo sumário, podendo mesmo equacionar-se a sua transformação numa forma simplificada do processo comum. Diferentemente da tramitação prevista na versão primitiva do Código de Processo Penal (CPP), o direito vigente autonomiza uma fase pré-judicial (artigos 382.º e 384.º) e alarga, de forma evidente, os atos e os termos do julgamento (artigos 387.º, 389.º e 389.º-A do CPP)”.

Como refere a autonomização da fase pré-judicial é um aspeto que sugere a descaracterização daquele regime, nomeadamente porque se alarga o prazo na fase anterior à audiência, no qual é permitido ao Ministério Público desenvolver diligências investigatórias adicionais pela descoberta da verdade.

Naquela opção surgem os seguintes problemas: por um lado o processo sumário passa a confundir-se com as finalidades específicas do processo abreviado uma vez que esta forma já contém uma pequena fase de inquérito³⁶, e por outro cria-se uma fase de mini-inquérito em contradição com as finalidades do processo sumário (porque é a simplicidade da prova que permite a imediata submissão dos factos a juízo, sem a necessidade de investigação).

A aplicação daquela medida teria como principal preocupação os crimes mais graves, mas não deixa de ser uma oportunidade para o arguido indiciado por crimes menos graves desenvolver ações dilatórias no processo e que serão na maioria dos casos desnecessárias, e que, no final, levarão a uma obrigação do Ministério Público em remeter o processo para outra forma processual, com a perda de celeridade inerente a esse ato.

Se o crime é mais complexo existe a necessidade de uma fase de investigação mais densa, que permita comprovar a veracidade dos factos com maior segurança. Dado o número de elementos que deverão ser acrescidos à reflexão dos magistrados, essa fase pode ser mais ou menos longa, mas em crimes graves não é eficaz realizar uma investigação em apenas 20 dias³⁷.

³⁶ Sobre o aspeto dúbio do processo sumário quanto às novas alterações ver em CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 222: “Com a miscigenação destas duas situações (uma coisa é o processo sumário, outra coisa, bem diferente, o processo abreviado), o legislador criou um mecanismo ambivalente difícil de interpretar e de apreender: as suas variações são tantas que se torna quase impossível compreender esta estranha lógica unificadora e encontrar critérios interpretativos uniformes”.

³⁷ Cfr. MESQUITA, Paulo Dá - “Os processos especiais no Código de Processo Penal - resposta à pequena e média criminalidade.” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Outubro-Dezembro de 1996, p. 101, o processo sumário serve como resposta “imediata e célere aos casos de pequena e

2.1. Novos Prazos e novos procedimentos³⁸

Com a reforma de 2013 o legislador modifica diversos prazos, cria outros novos e densifica a fase da audiência de julgamento da forma sumária, que passa a ter um artigo com uma redação mais complexa do que antes (artigo 387.º do CPP).

A audiência de julgamento em processo sumário deve iniciar-se no prazo máximo de 48 horas após a detenção, salvo os casos expostos no art.º387, n.º 2 do CPP. A saber: até ao limite do 5º dia posterior à detenção, quando houver interposição de um ou mais dias não úteis nas 48 horas seguidas à detenção; até ao limite do 15º posterior à detenção, tendo havido proposta do Ministério Público de arquivamento ou suspensão provisória do processo não tendo obtido a concordância do juiz e o arguido não tiver requerido prazo para apresentação da sua defesa; até ao limite de 20 dias após a detenção, sempre que o arguido tiver requerido prazo para a preparação da sua defesa ou o Ministério Público julgar necessária a realização de diligências essenciais à descoberta da verdade.

Em primeiro lugar o legislador confirma que o prazo de 48 horas deixa de ser visto como requisito formal do processo sumário. Em 2007 o legislador desconsiderou tal prazo como requisito de processo sumário, mas só em 2010 operou em definitivo a sua eliminação como critério³⁹.

média criminalidade, em que ocorreu uma detenção em flagrante delito, quando não se mostra necessária uma fase processual de investigação preliminar”.

³⁸ Introduzidos pela Lei n.º 20/2013.

³⁹ Com a redação de 2007, o n.º 1 do artigo 381.º referia que a audiência tinha lugar no prazo de 48 horas, podendo contudo ser adiada nos prazos até aos limites referidos no n.º 2 (de 2007). Atualmente, com a reforma de 2013, o n.º 1 mantém a redação que foi introduzida em 2010: “O início da audiência de julgamento em processo sumário tem lugar no prazo máximo de quarenta e oito horas após detenção, sem prejuízo do disposto no número seguinte”. Com esta redação o prazo de 48 horas passa a ser apenas orientador da ação judicial, uma vez que os outros prazos se encontram em igualdade de formal (o não cumprimento do prazo de 48 tem como consequência a mera irregularidade processual, tal como os prazos do n.º 2).

Enquanto requisito o incumprimento daquele prazo seria cominado com nulidade, mas atualmente o seu não acatamento consiste em mera irregularidade processual, o que atesta a despromoção formal de que foi alvo.

Mas a alteração principal quanto aos prazos reside na alínea c) do n.º 2 do artigo 387.º do CPP. Diz-nos a referida norma que o limite para início da audiência de julgamento aumentou para 20 dias, caso o arguido solicite prazo para preparação de defesa ou o Ministério Público considere necessárias mais diligências de prova.

O arguido passa a ter a possibilidade de requerer um prazo para preparar a sua defesa, mas esta opção compromete o respeito pelo princípio do contraditório, dado que o arguido terá de preparar uma defesa sem saber ao certo quais os factos que lhe são imputados.

Por outro lado, o Ministério Público, que já detinha anteriormente a possibilidade de adiar a audiência de julgamento em 15 dias, caso considerasse necessárias mais diligências de prova e essenciais para a descoberta da verdade, passa a ter 20 dias para investigação⁴⁰.

Aquele novo prazo resulta da necessidade de dar resposta ao alargamento do objeto do processo sumário e, por conseguinte, da crescente necessidade do Ministério Público de dispor de mais tempo para investigar os factos na fase preliminar do processo.

Além disso, conforme previsto no n.º 6 do artigo 387.º do Código, nos “casos previstos no n.º 2 do artigo 389.º, a audiência pode ser adiada, a requerimento do arguido, com vista ao exercício do contraditório, pelo prazo máximo de 10 dias, sem prejuízo de se proceder à tomada de declarações ao arguido e à inquirição do assistente, da parte civil, dos peritos e das testemunhas presentes”, significando que ao prazo de 20 dias podem ser acrescentados mais 10 dias.

⁴⁰ Art. 382.º, n.º 4 na redação anterior à reforma.

A solução do n.º 6 tem por base permitir ao arguido responder a qualquer facto novo que seja introduzido durante a audiência, numa tentativa de introduzir uma solução respeitadora do princípio do contraditório. Por oposição, nos termos do n.º 2 do artigo 389.º do CPP, se os factos típicos presentes no auto de notícia forem insuficientes, pode o Ministério Público completá-lo, por despacho, antes do julgamento. Sendo assim, o prazo de 10 dias concedido ao arguido confere um equilíbrio processual entre arguido e Ministério Público⁴¹.

A possibilidade de adiar o julgamento é um compromisso do legislador em garantir ao arguido armas processuais que permitam defender-se dos factos de que é acusado. Contudo, o arguido continua obrigado a solicitar prazo para defesa antes da audiência de julgamento sem conhecer os factos de que é acusado.

Na exposição de motivos justifica-se esta opção com o argumento de permitir a aplicação de medida de coação mais restritiva do que o termo de identidade e residência⁴², já que o alargamento do regime a crimes mais complexos implica a aplicação de medidas com maior poder coercivo. Porém, é essencial que o arguido saiba os factos que lhe são imputados uma vez que só dessa forma pode preparar a sua defesa de forma apropriada⁴³.

Neste âmbito cabe citar o acórdão n.º 173/92, de 7 de Maio de 1992 (referente à problemática da alteração dos factos deduzidos a juízo): “a defesa não pode ser eficazmente assegurada se não puder ter por referência e por objeto uma incriminação legal precisa”, sendo que “essa menção da incriminação tem sido uma

⁴¹ Conforme considera CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 235.

⁴² Indica-nos o legislador na proposta de Lei n.º 77/XII «para prevenir que estas situações continuem a ocorrer, opta-se, agora, por antecipar o momento em que o arguido deve expressar que pretende exercer o direito ao prazo para preparação da sua defesa, caso em que o processo sumário não se iniciará de imediato e em que o Ministério Público, quando o caso concreto o justificar, pode apresentar o detido ao juiz de instrução para aplicação de medida de coação diferente do termo de identidade e residência».

⁴³ Como refere CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 234: “ninguém se pode defender daquilo que não conhece completamente”.

constante em toda a história do nosso direito processual penal moderno, e parece estar intimamente ligada a uma concepção acusatória do mesmo.”⁴⁴.

Num sistema penal predominantemente acusatório como o nosso, o contraditório permite ao arguido e demais sujeitos processuais (nas quais se incluem assistente ou partes civis) apresentarem os seus argumentos sobre os factos de que são submetidos em julgamento.

Todavia, o legislador procurou atenuar a abertura do processo sumário a crimes mais graves noutras situações, em que pretendeu proteger o princípio da acusação⁴⁵. A opção tomada pelo legislador neste sentido “trata-se de uma preocupação movida por ponderações de equilíbrio axiológico e dificilmente reduzida a uma formalidade inócua”⁴⁶. O que significa que teve em consideração aquando da formulação do diploma da reforma o carácter diferenciado entre a pequena (e média) e a grande criminalidade.

Na opinião de Beatriz Seabra de Brito o artigo 389.º do CPP, que refere no seu n.º 1 que “O Ministério Público pode substituir a apresentação da acusação pela leitura do auto de notícia da autoridade que tiver procedido à detenção, exceto em caso de crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja a 5 anos (...) situação em que deverá apresentar acusação”, é um exemplo de como o legislador tentou introduzir um regime dual no processo sumário, que tivesse em linha de

⁴⁴ Ainda o mesmo acórdão, a cristalização dos factos é importante porque “a mesma se destina a esclarecer, quer o tribunal, quer principalmente o arguido, sobre a imputação jurídico-penal que sobre este impende, e portanto sobre o quadro argumentativo e o peso relativo das provas que a acusação utilizará no decorrer do julgamento — para que o arguido possa preparar convenientemente a sua defesa, mas também para que o tribunal possa ponderar o interesse das provas oferecidas pelos intervenientes processuais. (...) Ora a referida preparação da defesa pode ser gravemente prejudicada não só se a acusação for omissa no que diz respeito à incriminação legal dos factos, mas também se, depois de encerrada a discussão, o tribunal vier a optar por uma qualificação jurídico-penal com que a defesa não contava”.

⁴⁵ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 288 : “O regime legal processo sumário inclui, tanto na fase pré-judicial (artigos 382.º e 384.º do CPP) como na fase de julgamento (387.º, 389.º e 389-A do CPP), soluções que revelam uma bipolaridade incensurável, porquanto referida à intensificação das garantias processuais em função da gravidades dos crimes”.

⁴⁶ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 288.

conta as diferentes realidades que seriam colocadas sobre consideração naquela forma de processo.

Como refere a autora mencionada, “a existência de soluções distintas implica o reconhecimento de que os autos de notícia, as mais das vezes *elaborados segundo modelos pré-impressos ou de acordo com formulários*, são *omissos relativamente a elementos essenciais* e bem assim incompatíveis com uma forma de criminalidade grave a que corresponde uma tendencial complexidade fáctica”, e sendo que a acusação é responsável pela fixação dos factos deduzidos a juízo pelo Ministério Público, “entendendo-se que a atribuição de equivalente função ao auto de notícia por referência à prática de um ilícito criminal grave constituiria um factor potenciador de graves perturbações funcionais”⁴⁷.

Assim, conclui-se que o legislador andou bem ao optar por diferenciar realidades distintas e que necessitam de um tratamento penal próprio. Esse cuidado é essencial para equilibrar o funcionamento da tramitação legal do regime de processo sumário, que continha soluções incapazes de garantir os direitos consagrados em favor do arguido no sistema penal.

Contudo, ao fazê-lo tornou mais complexa e lenta a tramitação do processo sumário. O prazo para o fim de julgamento é exemplo de uma medida que pode tornar mais lenta a resolução do processo.

2.1.1. O prazo para fim do julgamento

Acompanhando a criação de uma fase preliminar autónoma do processo, a reforma de 2013 introduziu no regime do processo sumário prazos limite para produção de toda a prova, eventualmente no intuito de adequar as garantias processuais em função da gravidade dos crimes. Sendo assim, o prazo máximo para a duração do julgamento em processo sumário ficou estabelecido em 60 dias⁴⁸,

⁴⁷ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 288 e 289.

⁴⁸ Cfr. Art. 387.º, n.º 9 do CPP.

podendo aumentar para 90 dias se as razões para a solicitação desse adiamento forem devidamente fundamentadas.

Se estiver em causa crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 5 anos ou, em caso de concurso de infrações, cujo limite máximo seja superior a 5 anos de prisão, os prazos anteriormente referidos sobem para 90 e 120 dias respetivamente⁴⁹. Após a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral o n.º 10 do artigo 387.º do CPP deverá ser interpretado num sentido que não contrarie a decisão do Tribunal Constitucional. Sendo assim, até que o legislador reconfigure esta solução legal, a aplicador do direito deverá aplicar esta norma apenas no sentido interpretativo possível, isto é, apenas quanto aos crimes cuja pena abstratamente aplicável seja superior a cinco anos prisão, mas em concreto o Ministério Público entenda dever ser aplicada pena inferior a esse limite.

Com esta solução o processo sumário pode ver aumentado o seu tempo de duração médio. A duração de alguns processos poderá atingir os 6 meses (atendendo ao prazo de 120 dias), e se as férias judiciais se interpuserem no cumprimento das obrigações judiciais do processo a sua duração poderá ser protelada ainda mais⁵⁰.

Com esta solução o processo sumário pode ver aumentado o seu tempo de duração médio⁵¹.

⁴⁹ Cfr. Art. 387.º, n.º 10 do CPP.

⁵⁰ Cfr. CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 249. O Procurador João Conde Correia considera que “se o que está em causa é impedir o arrastamento interminável do processo, a opção deveria ser outra, que não prejudicasse tudo aquilo que já está feito. Fazer voltar o processo ao início só pode aproveitar a quem procura afastar (o mais possível) uma condenação quase certa. Tirando essa hipótese, a fixação de um prazo para a produção de prova não serve nem os interesses do arguido, nem os interesses da comunidade”.

⁵¹ Cfr. CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 249. O Procurador João Conde Correia considera que “se o que está em causa é impedir o arrastamento interminável do processo, a opção deveria ser outra, que não prejudicasse tudo aquilo que já está feito. Fazer voltar o processo ao início só pode aproveitar a quem procura afastar (o mais possível) uma condenação quase certa. Tirando essa

Um período processual tão longo coloca em causa o direito do arguido ao julgamento no prazo razoável, principalmente quando se encontram verificados os requisitos para aplicação do processo sumário. Desta forma, em vez de da celeridade processual pretendida, verifica-se o efeito oposto.

Porém, Beatriz Seabra de Brito considera que “assiste-se a um reforço da busca da verdade material na produção de prova referida à criminalidade grave, essencialmente pelo seguinte: da dilatação do prazo de produção de meios de prova em criminalidade grave (artigo 387.º, n.º 10) retira-se a preocupação dominante da busca da verdade material em detrimento de qualquer orientação exacerbada de celeridade processual, que haveria de impor prazos inflexíveis e impermeáveis a vicissitudes probatórias”⁵².

Em suma, o que se verifica é que “as soluções que vigoravam no regime de processo sumário anterior à declaração de inconstitucional operavam uma cisão de regimes consentânea com o reforço das garantias de defesa do arguido na proporção da gravidade do crime”⁵³.

Ao mesmo tempo, aqueles prazos não colocam em causa o princípio do inquisitório no regime do processo sumário, “porquanto se permite que o tribunal ordene oficiosamente a produção de prova no respeito pelo prazo de 20 dias estabelecido no artigo 387.º, n.º 7”⁵⁴. Ou seja, de acordo com a autora, continua na posse do tribunal a possibilidade de promover o esclarecimento dos factos consubstanciados pelo Ministério Público na acusação, ainda que haja produção de prova durante a fase de audiência de julgamento⁵⁵.

hipótese, a fixação de um prazo para a produção de prova não serve nem os interesses do arguido, nem os interesses da comunidade”.

³⁸ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 290.

⁵³ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 290.

⁵⁴ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 289.

⁵⁵ Para maiores desenvolvimentos vd. MENDES, Paulo de SOUSA – *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2014, pp. 203 e ss.

Já noutro plano, no âmbito da reforma de 2013 o legislador não atribuiu consequências jurídicas para o não cumprimento de qualquer daqueles prazos. De acordo a prática penal existem duas soluções: ou a consequência é uma mera irregularidade processual⁵⁶, o que significa que todos os atos anteriores mantêm os seus efeitos, ou haverá uso indevido da forma sumária do processo. Neste segundo caso há nulidade do processo e de todo os atos a si associados⁵⁷, devendo o mesmo ser remetido para a forma comum.

Como não foi previsto nenhuma consequência quanto à validade dos atos até então produzidos no caso de incumprimento do prazo para fim de julgamento, nada obsta a que o processo prossiga para lá desse período. Algo que não é desejável num processo que se pretende de rápida resolução. Trata-se de uma solução que pode servir apenas como mera regra orientadora da ação judicial e não como norma imperativa.

Existe sim, por outro lado, uma prerrogativa que permite ao tribunal competente para julgamento remeter os autos ao Ministério Público para reenvio do processo para outra foram processual, conforme indicado no artigo 390, n.º 1, alínea c) do CPP: o tribunal só remete os autos para outra forma processual quando “não tenha sido possível, por razões devidamente te justificada, a realização das diligências de prova necessárias à descoberta da verdade nos prazos que aludem os n.º 9 e 10 do artigo 387.º”.

Contudo, esta possibilidade legal só está ao dispor do tribunal competente caso justifique devidamente as razões que impediram o cumprimento daqueles prazos. Caso contrário, e por conseguinte, estará eventualmente vedada a possibilidade do reenviar o processo para outra forma processual.

⁵⁶ Cfr. Art. 123.º, n.º 1 e 2 do Código do Processo Penal.

⁵⁷ Cfr. Art. 120.º, n.º 2, alínea a) do Código do Processo Penal.

Para além disso, e de acordo com a opinião formulada pelo Procurador João Conde Correia “o reenvio para outra forma processual pode ainda ser contraproducente porque o legislador não teve o cuidado de clarificar o procedimento posterior, aproveitando os atos já praticados, reduzindo as fases e os prazos processuais necessários à nova introdução em juízo”⁵⁸, dado que “a situação do flagrante delito, que legitimou a remessa inicial para julgamento (...) persiste, devendo legitimar também a nova acusação”⁵⁹.

Por outro lado, refira-se que mesmo que seja jogada mão daquela possibilidade, a sua promoção surge já na pendência de um julgamento, que terá assim de ser interrompido. Nas palavras José Manuel Damião da Cunha, “daqui deriva, pois, a consequência de um juiz, formalmente investido do dever de decidir de um processo, se ver obrigado, após o início da audiência, a deixar de o julgar”⁶⁰.

Noutro tema, com a criação daqueles prazos poderá surgir um problema de incompatibilidade processual com o processo abreviado, que foi construído como uma alternativa ao processo sumário na impossibilidade deste ser utilizado dentro dos prazos legais. Como confirma o Procurador João Conde Correia “até aqui, os dois mecanismos processuais completavam-se, formando uma unidade funcional, coerente e homogénea”⁶¹.

Contudo, o mesmo refere que “as alterações introduzidas ao processo sumário modificaram este quadro harmonioso, gerando um sistema assimétrico.”⁶². Esta opinião é fundamentada pelo facto de em processo sumário o procedimento de produção de prova poder durar até 120 dias, quando “o processo abreviado deveria suceder, em termos lógicos e cronológicos, ao processo sumário, mas o legislador alargou tanto este rito, que quase não resta espaço para aquele. Não se

⁵⁸ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 247.

⁵⁹ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 247.

⁶⁰ CUNHA, José Manuel Damião da..., op. cit., p. 249.

⁶¹ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 240.

⁶² CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 240.

compreenderá que o arguido seja sumariamente julgado e já não possa ser acusado em abreviado ou, por outras palavras, que a “investigação em sumário” seja mais longa do que a investigação em processo abreviado”⁶³.

O processo abreviado tem expressamente previsto um período de 90 dias de inquérito a ser conduzido pelo Ministério Público, por isso é obviamente mais curto que o inquérito na forma comum.

Ora, se o prazo de produção de prova pode durar até 90 dias (face ao acórdão do Tribunal Constitucional é a solução que faz mais sentido aplicar porque respeita aos crimes menos graves), a existência de uma forma processual que permita inquérito no mesmo período de tempo não se coaduna com uma ação penal eficaz. Até porque em ambos os casos “está em causa um flagrante delito, não sendo de esperar que a complexidade do caso aumente muito pela simples circunstância de entretanto ter passado algum tempo”⁶⁴.

Manter dois regimes processuais tão próximos não é uma opção produtiva, colocando em risco as valências que se obtêm através da possibilidade de escolha de entre as alternativas processuais mais apropriadas a cada caso em concreto.

É importante que se estabeleça duas alternativas distinguíveis entre si e que sejam capazes de constituir verdadeiras ações singulares, permitindo dessa forma aos intervenientes na justiça penal escolher a forma que melhor se adequa à situação.

Conclui-se face ao exposto no presente ponto que o legislador adensou os procedimentos e criou algumas restrições à defesa do arguido. Contudo fê-lo com o objetivo de adequar o regime do processo sumário às novas exigências suscitadas pela sua abertura a crimes mais graves. Todavia, no final acabar por se verificar que a rapidez processual é o aspeto mais afetado pelas alterações levadas a cabo na

⁶³ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 241.

⁶⁴ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 241.

revisão de 2013 ao Código, apesar de a intenção do legislador (e conforme exposto na exposição de motivos do projeto lei) ser exatamente a oposta.

2.1.2. A escolha da forma processual

O que resulta da conjugação entre as competências do Ministério Público ao nível e do conteúdo expresso não justifica que se considere a aplicação do processo sumário imperativa.

Sobre este assunto o Procurador da República João Conde Correia refere que “apesar das alterações agora introduzidas, continua na disponibilidade do Ministério Público o poder-dever de introduzir ou não, de imediato o facto em juízo”⁶⁵. Esse poder-dever do Ministério Público, embora não expresso na lei, revela-se apenas como princípio orientador da sua atuação.

A aplicação de processo sumário só é imperativa se o Ministério Público for confrontado com factos e circunstâncias que preencham todos os requisitos exigidos pelo artigo 381.º do CPP (e a forma sumária seja a opção que melhor defende os interesses do arguido). Haverá prazos e outros procedimentos a cumprir que, na impossibilidade de se verificarem, obrigam o Ministério Público a remeter o processo para outra forma processual.

Mesmo tendo em conta a eliminação da prerrogativa que permitia ao Ministério Público libertar o arguido e sujeitá-lo a termo de identidade e residência (ou apresentar ao juiz de instrução criminal no sentido de lhe ser aplicada medida de coação), caso não fosse possível efetuar julgamento após 48 horas decorridas da detenção referida no n.º 3 do artigo 382.⁶⁶, não se pode concluir que por esse motivo o processo sumário passe a revestir-se de natureza imperativa.

⁶⁵ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 252.

⁶⁶ “Se tiver razões para crer que a audiência de julgamento não se pode iniciar no prazo de quarenta e oito horas após a detenção, o Ministério Público liberta imediatamente o arguido, sujeitando-o, se disso for caso, a termo de identidade e residência, ou apresenta-o ao juiz para efeitos de aplicação de medida de coação ou de garantia patrimonial”.

Essa prerrogativa faz sentido tendo em consideração que o prazo legal para detenção são 48 horas e nesse pressuposto foi necessário estabelecer o comportamento a seguir pelo Ministério Público, impedindo que o tempo de detenção do arguido ultrapassasse o limite legalmente previsto.

Sem a existência daquela norma, continua a ser um poder-dever do Ministério Público atuar no sentido de não permitir que a detenção dure mais do que as 48 horas legalmente estabelecidas, visto que nesse caso seria uma detenção ilegal.

Desta forma, e pese embora não seja expresso diretamente pelo legislador na letra da lei, o Ministério Público tem o poder-dever de ponderar se conduz os factos a processo sumário ou se deve encaminhar para outra forma processual, dentro dos poderes que lhe são conferidos pelo sistema penal⁶⁷.

2.2. Diferenças ao nível da prova

Com o aumento do objeto do processo sumário procurou adaptar-se o regime da prova de acordo com as novas necessidades.

Na anterior redação do artigo 387.º do Código do Processo Penal não havia qualquer referência direta aos procedimentos de produção de prova. Com a reforma de 2013 é introduzido um prazo para produção de prova⁶⁸, incluindo a para a prova pericial. A sua aplicação ao processo sumário é efetuada fora do contexto, uma vez que se trata de uma prova sujeita à ação de entidades externas ao processo, prejudicando a promoção da celeridade pretendida com a reforma⁶⁹.

⁶⁷ CORREIA, João Conde..., op. cit., pp. 252 e 253: "A mera supressão formal desta possibilidade legal (consumada com a substituição da anterior redação do art. 383.º, n.º 3, do CPP e motivada pelo intuito político de impor o processo sumário) gera dificuldades interpretativas indesejáveis, podendo criar conflitos desnecessários e inúteis."

⁶⁸ Ver subcapítulo 2.2 sobre o prazo para o fim do julgamento.

⁶⁹ Não caberá aqui entrar na discussão quanto a verdadeira natureza da prova pericial, isto é, se a mesma é um meio de prova, meio de obtenção de prova ou meio de apreciação de prova. Ponto é que independentemente da opinião que se tenha na referida discussão doutrinária, a prova pericial

A prova pericial exige que se rodeie o seu procedimento de garantias essenciais ao contraditório⁷⁰, porque a opinião do perito só pode ser refutada se as razões para tal forem devidamente fundamentadas. Mesmo com a criação do prazo para produção de prova levantam-se dúvidas quanto à possibilidade de em 90 ou 120 dias⁷¹ ser possível obter prova pericial suficientemente coesa, cumprindo com todos os requisitos e procedimentos essenciais à boa resolução da causa.

Esses prazos são criados devido ao facto de o processo sumário ver estendido o seu âmbito de aplicação a crimes mais complexos. Porém, a introdução da prova pericial exige sempre um nível de fundamentação elevado, não só do perito que a realiza, mas também dos outros sujeitos processuais. Refira-se que o juiz não está vinculado aos resultados da perícia desde que o fundamente devidamente, e para o fazer de acordo com os padrões de fundamentação exigidos é necessário que tenha tempo refletir. Por isso a celeridade da forma sumária do processo é colocada em causa.

é de facto uma prova muito mais adequada ao processo comum, do que às formas especiais. A prova pericial tem como função a descoberta dos factos, tal como todos os outros meios de prova típicos ou atípicos, mas tem como particularidade recorrer a peritos e a métodos científicos, técnicos e artísticos (artigo 151º) para a melhor apreensão dos factos a deduzidos em juízo.

⁷⁰ Em SILVA, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal*. Vol. II. Verbo Editora, p. 267: “o n.º 3 do artigo 155.º e a limitação imposta do n.º 4 do artigo do artigo 154º devem ser interpretados com muito cuidado para não frustrarem o direito ao contraditório que constitui garantia constitucional”, o que significa que a prova pericial tem sobre a sua estrutura uma especial preocupação sobre os direitos dos arguidos à sua defesa. A faculdade de ter acesso a um consultor técnico trata-se de um direito essencial ao estabelecimento da sua defesa.

⁷¹ Nos casos de crime punível com pena não superior a 5 anos de prisão, ou em caso de concurso de infrações cujo limite máximo não seja superior a 5 anos de prisão, aplica-se o prazo de 60 dias a contar da data de detenção, alargando-se o prazo para 90 dias nos casos em que falte algum exame ou relatório pericial, desde que devidamente fundamentadas as razões para tal alargamento. O prazo será de 120 dias em caso de crime punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 5 anos, mesmo em caso de concurso de infrações. Cfr. Art. 387.º, n.º 9 e 10 do CPP.

2.3. O novo objecto do processo sumário

A separação prática entre pequena e média criminalidade e a grande criminalidade não se trata de uma questão de pura formalidade. A finalidade desta separação é a de adaptar a ação processual à realidade social.

O fim do processo sumário está historicamente ligado à supressão dos crimes incluídos no conceito de pequena e média criminalidade, e apenas quando esses crimes se revestem de um visibilidade tal que lhes confira clareza e certeza sobre os factos. A introdução da grande criminalidade na forma sumária do processo consistiu, por isso, numa inovação introduzida pelo legislador.

Assim construiu-se um regime sumário que se aplicaria a quase todo o quadro de ilícitos penais desde que em flagrante delito, com exceção dos referidos no nº2 do artigo 381.º do Código do Processo Penal⁷², e por outro criou-se um problema de finalidade da forma do processo, já que o processo sumário passa a ter como escopo um fim para o qual não foi devidamente preparado⁷³.

Em 1997 o Juiz Conselheiro António Henriques Gaspar referiu nas Jornadas de Direito Processual Penal que os princípios essenciais da justiça em Portugal só funcionam num sistema penal virado para a “realização da justiça do caso, por meios processualmente admissíveis e por forma a assegurar a paz jurídica dos cidadãos”, e que o seu objeto seja estabelecido de acordo com um “segmento

⁷² O processo sumário “Não se aplica aos detidos em flagrante delito por crime a que corresponda a alínea m) do artigo 1.º ou por crime previsto no título iii e no capítulo i do título v do livro ii do Código Penal e na Lei Penal Relativa às Violações do Direito Internacional Humanitário”.

⁷³ Cfr. DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”. In *As Conferências do Centro de Estudos Judiciários*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 72 e 73: “É certo que as exigências de verdade são as mesmas, trata-se da grande, da média, ou da pequena criminalidade. Contudo, por via de regra, são muito maiores as dificuldades, a complexidade e a delicadeza da obtenção da prova da grande do que da pequena criminalidade. Pelo que aquilo que pode considerar-se proporcional e adequado em ganhos de eficiência e de eficácia no tratamento da pequena criminalidade, pode bem reputar-se como insuportável e ilegítimo quando se trate de alta criminalidade”.

horizontal, e, neste, uma decisiva distinção entre a criminalidade grave e a pequena criminalidade”⁷⁴.

Ainda no mesmo tema, o autor acima citado referiu três ordens de exigência que funcionariam como requisito ponderativo na distribuição do objeto pelas formas processuais: “maximização da eficácia; otimização da reação política criminal e alívio da justiça”⁷⁵.

No texto do Juiz Conselheiro é ainda possível perceber que as formas especiais de processo têm como finalidade essencial o julgamento da pequena e média criminalidade: “é o campo de intervenção dos processos de decisão rápida (procedimento acelerado) de que o processo penal não pode prescindir, num compromisso entre eficácia, a prontidão, a celeridade e o cuidado imposto pela correta administração das provas e os direitos dos arguidos”⁷⁶.

Ou seja, o processo sumário funciona no sistema com o “pressuposto pela circunstância de constatação imediata dos factos e da dispensa de investigação preliminar que essa imediata constatação justifica, de um lado, mas no respeito pleno dos direitos de defesa do arguido e pela impositiva redução da complexidade inerente à celeridade e imediatismo da decisão, do outro”⁷⁷. Em bom rigor, o processo sumário existe para complementar o processo comum, permitindo libertar esta última forma de processos que possam ser rapidamente resolvidos, podendo conferir maior atenção a casos mais complexos. O processo sumário é neste plano essencial no funcionamento da justiça criminal como um todo.

⁷⁴ GASPAR, António Henriques - “Processos Especiais.” In *Jornadas de Direito Processual Penal - O novo código de processo penal*. Coimbra: Almedina, 1987, pp. 361 ss.

⁷⁵ Cfr. GASPAR, António Henriques, op. cit., pp. 361 e ss, quando acrescenta que os estudos indicam que no que toca à maximização da eficácia “o alastramento de um sentimento coletivo de ausência do direito e de tutela, traria a longo prazo preocupações generalizadas e consequências incontrolláveis”. Quanto à optimização da politica criminal, serve como medida de ponderação para que se contrariem “os casos de reincidência, bem como do início de uma carreira delinquente”.

⁷⁶ GASPAR, António Henriques..., op. cit., p. 363.

⁷⁷ GASPAR, António Henriques..., op. cit., p. 363.

O Juiz Conselheiro Dr. António Henriques Gaspar considera esta vertente do processo penal como uma “solução de compromisso” criada pelo legislador no sentido de acorrer a todas as realidades sociais da forma mais correta e eficaz.

A subversão operada sobre o regime do processo sumário só prejudica os valores típicos dessa forma especial, na medida em que as garantias essenciais do agente a ele submetido não prevalecem sobre os intuitos da promoção da rapidez processual após a reforma.

O alargamento do objeto do processo sumário confirma a aproximação ao processo comum. Caso o legislador mantenha no futuro a intenção de alargar, em definitivo, a abrangência do processo sumário, poderão coexistir no sistema penal português duas formas de processo cujos fins se confundem.

Deste modo os processos especiais deixarão de ter um papel relevante no sistema de repressão da criminalidade do Estado, não fazendo sentido a sua existência na justiça criminal em Portugal.

O processo sumário surgiu para acelerar a resposta a casos em que é possível a resposta imediata aos factos, e “não vai além das situações em que a constatação material se apresenta, de facto, com alguma evidência”⁷⁸. Trata-se da assimilação da necessidade de uma forma processual expedita, que respeite a mutabilidade da realidade social e que ao mesmo tempo permita o cumprimento dos valores essenciais do Estado de direito e de justiça⁷⁹.

⁷⁸ GASPAR, António Henriques..., op. cit., p. 372.

⁷⁹ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 270: “As exigências de celeridade processual não podem, por conseguinte, deixar de ser articuladas com as garantias de defesa, sendo que a Constituição, por força do mencionado n.º 2 do artigo 32.º, valora especialmente a proteção das garantias de defesa em detrimento da rapidez processual”.

3. Celeridade e Garantias Processuais

O acórdão através do qual o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade do n.º 1 do artigo 381.º do CPP com força obrigatório geral colocou em confronto dois valores típicos do sistema penal: o princípio da celeridade e as garantias essenciais do arguido.

Na revisão efetuada em 2013, e conforme explicito na exposição de motivos, o objetivo passava por promover a aceleração processual, mas estabelecendo ao mesmo tempo pontos de salvaguarda dos direitos fundamentais do arguido. Nesse sentido o objectivo do legislador passou por promover maior velocidade processual, mas ao mesmo tempo não se deixou de optar por medidas indutoras de garantias para assegurar um regime em sintonia com a Constituição.

Resta analisar se esses pequenos reparos foram suficientes para dotar a forma sumária de mecanismos capazes de proteger os interesses do arguido, devidamente consagrados na nossa Constituição.

3.1. A celeridade

O princípio da celeridade é um princípio consagrado na nossa lei fundamental, estabelecendo a Constituição que o arguido deve “ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa”⁸⁰.

A posição do princípio da celeridade na hierarquia dos princípios penais, e a sua sobreposição a outros valores de maior relevância, deve ser alvo de uma cuidada reflexão, uma vez que o seu compromisso com as garantias de defesa do arguido é uma obrigação constitucional.

Um sistema penal que resolve lentamente os processos que lhe são submetidos não serve os interesses do Estado e da comunidade. O ideal seria a

⁸⁰ Art. 32.º, n.º 2, segunda parte da CRP.

obtenção de resoluções rápidas e rigorosamente condizentes com a verdade material dos factos. No seguimento do que refere o Professor Germano Marques da Silva, um processo que demore demasiado tempo a vislumbrar a sua resolução “converte-se frequentemente num sofrimento para o próprio arguido”, por vários motivos, nomeadamente pelo “condicionamento da sua vida pessoal e profissional”⁸¹.

Significa que é do interesse dos sujeitos envolvidos que o processo tenha um rápido desfecho, tal como para a comunidade é importante que se assista a um desenrolar lesto do processo.

O Professor Germano Marques da Silva indica, neste sentido, que “a paz social assenta em grande parte na certeza de que os criminosos são condenados e os inocentes absolvidos”⁸² e que, por esse mesmo motivo, caso o processo se arraste por um período excessivo acaba por perder a sua utilidade, podendo provocar o descrédito da comunidade que pretende defender.

Porém, a noção de que a paz social e a celeridade se complementam não é um dado adquirido, uma vez que nem sempre a resolução rápida de um processo tem correspondência direta numa boa decisão da causa, cujo conteúdo venha a conter factos bem fundamentados e inatacáveis. Uma decisão esclarecida, sem erros e bem justificada tanto ao nível dos factos como de direito, permite obter maior confiança da sociedade na justiça da decisão.

Pretender maior rapidez processual sem ter em consideração a complexidade dos ilícitos pode ser contraproducente em matéria de decisão, não permitindo que o magistrado judicial apresente um acórdão bem fundamentado e inatacável.

⁸¹ Cfr. Silva, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal - noções gerais, elementos do processo penal*. 6º. Vol. I. Verbo editora, p. 95.

⁸² Cfr. Silva, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal - noções gerais, elementos do processo penal...*, cit., p. 95 e 96.

Por outro lado, os Professores Doutores Gomes Canotilho e Vital Moreira, consideram que a celeridade é fração essencial do princípio da inocência do arguido, dado que “a demora do processo penal, além de prolongar o estado de suspeição e as medidas de coação sobre o arguido, acabará por esvaziar de sentido e retirar conteúdo útil ao princípio da presunção de inocência”⁸³.

Mais referem que deverá existir uma articulação entre os objetivos propostos de celeridade e as garantias de defesa associadas à posição processual do arguido, “o que implica a proibição do sacrifício dos direitos inerentes ao estatuto processual do arguido a pretexto da necessidade de uma justiça célere e eficaz”⁸⁴.

Este último entendimento tem merecido acolhimento dos acórdãos mais recentes dos juízes do Tribunal Constitucional, que declararam a inconstitucionalidade do artigo 381.º, n.º 1 do CPP⁸⁵. No acórdão n.º 469/2013, o Tribunal considera que “o princípio da celeridade processual não é um valor absoluto e carece de ser compatibilizado com as garantias de defesa do arguido”. Defende essa posição no fundamento de na forma comum do processo já existir o mecanismo de aceleração processual, nomeadamente nos artigos 215.º e 218.º CPP.

Depreende-se daquela afirmação que o Tribunal Constitucional considera que CPP já continha antes da reforma soluções capazes de promover velocidade à tramitação processual. Contudo, as normas referidas foram pensadas para serem aplicadas à forma comum do processo, e dizem, por isso, respeito a uma resposta

⁸³ CANOTILHO, J.J. Gomes, e MOREIRA Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*. 4ª edição. Vol. I. Coimbra Editora, p. 519.

⁸⁴ Ainda em CANOTILHO, J.J. Gomes, e MOREIRA Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada...*, cit., p.519: “o direito ao processo célere engloba no seu âmbito normativo o princípio da aceleração do processo articulado com o princípio da oralidade, imediação e concentração”.

⁸⁵ Relembre-se aqui o que foi referido no primeiro capítulo da presente tese: apesar da declaração de inconstitucionalidade não ter sido consistente ao longo de todos os acórdãos que versaram sobre esta matéria, nomeadamente quanto ao sentido interpretativo da mesma, os argumentos apresentando foram, em grande parte, transversais a todos eles.

própria desse regime no sentido de evitar maiores constrangimentos ao andamento da justiça penal.

No que diz respeito ao processo sumário individualmente considerado, o princípio da celeridade aplica-se com destaque e é um dos princípios que o norteiam. Desde logo porque se trata de uma forma processual simplificada quanto aos prazos e quanto aos procedimentos. Assim, e visto que o processo sumário já constitui em si mesmo uma forma célere, a prioridade deve ser dada às garantias essenciais dos sujeitos processuais.

O legislador reconheceu que o processo sumário é mais célere do que as restantes formas especiais, e optou por aumentar o seu objeto para aumentar a frequência com que é aplicado. Assim, se utilizado mais vezes, a celeridade típica da forma sumária do processo iria refletir-se no sistema penal globalmente.

Na forma sumária do processo os atos processuais têm de revestir-se sobre um plano mais simplificado, sendo que “os atos e termos do julgamento são reduzidos ao mínimo indispensável ao conhecimento e boa decisão da causa”⁸⁶. Deste modo a audiência de julgamento contém uma redução formal quanto ao nível dos atos, o que significa que os procedimentos da audiência de julgamento devem ser observados sob um ponto de vista mais simplificado, desde que essa redução não prejudique a fundamentação da decisão que põe fim ao processo.

Depreende-se, por isso, que aumentar a rapidez da tramitação processual na forma sumária do processo não pode dissociar-se da decisão da causa nem por em dúvida a segurança e a certeza com que esta é tomada.

A celeridade surge associada ao processo sumário porque o seu objetivo passa por combater a pequena e média criminalidade, respondendo de forma rápida ao ilícito e à circunstância do crime, reprimindo desde logo as repercussões sociais que poderiam advir da resposta frágil da justiça penal.

⁸⁶ Cfr. Art. 386.º, n.º 2 do Código do Processo Penal.

Mesmo tendo em consideração que em processo sumário existe uma maior preocupação com o equilíbrio entre a boa decisão da causa e a simplicidade processual, o princípio da celeridade não funciona como conceito único e isolado, antes devendo ser devidamente enquadrado com os restantes princípios processuais inerentes ao nosso sistema penal.

3.2. As garantias processuais do arguido

O Professor Jorge de Figueiredo Dias refere em obra antiga: “é arguido aquele sobre quem recaia forte suspeita de ter perpetrado uma infração, cuja existência esteja suficientemente comprovada”⁸⁷. Aplicando esta noção antiga à atualidade significa que deverão existir fortes indícios do cometimento de crime para um agente tomar a posição de arguido. No caso da forma sumária de processo confere-se aos factos ilícitos cometidos em flagrante delito um juízo de simplicidade e visibilidade sobre os mesmos.

A posição do arguido não é, por isso, apenas uma mera formalidade, e se imputar determinados factos que indiciem o cometimento do crime a um indivíduo, significa revestir a sua posição de “um formalismo mais complexo e de muito maiores garantias”⁸⁸. Por isso, e ainda nas palavras do Professor Jorge de Figueiredo Dias, “à constituição de uma pessoa como arguido devem ligar-se, do ponto de vista do processo penal, efeitos de maior importância que se afastam (...) dos que são cabidos”⁸⁹ às simples testemunhas ou declarantes.

Atualmente a posição do arguido provém ainda das mesmas bases que suportam o *supra* citado entendimento⁹⁰. Isto significa que ao arguido é exigido

⁸⁷ DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal*. Vol. I. Coimbra Editora, 1981, p. 424.

⁸⁸ Cfr. DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal...*, cit., p. 424.

⁸⁹ Cfr. DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Processual Penal...*, cit., p. 424.

⁹⁰ SILVA, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal - noções gerais, elementos do processo penal...*, cit., p. 300: “o art.º57 prevê os casos de constituição de arguido que antes da reforma de 1998 se operava *ope legis*. Com efeito dispõe que *assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo* e antes da

que cumpra com diversos comandos legais, mas por outro lado também se reveste a sua posição com direitos e garantias essenciais à sua defesa⁹¹.

O acesso livre ao exercício de direitos que permitam ao arguido agir determinado para uma boa defesa é um direito constitucionalmente estabelecido pelo artigo 32.º, n.º 1 e 2.º da Constituição da República Portuguesa. Neste artigo é expressamente indicado que as garantias essenciais do arguido deverão ser alvo de articulação devidamente consagrada com outros princípios do sistema penal, nomeadamente com o da celeridade processual, embora, conforme já foi mencionado, sempre com a predominância e prioridade das garantias essenciais do arguido.

Num pequeno texto dedicado à celeridade no processo numa visão de direito comparado, a Professora Anabela Miranda Rodrigues⁹² elogiava a escolha do nosso legislador em “responder ao desafio atual de luta contra a criminalidade” pela recusa da “primazia da celeridade e da rapidez do funcionamento do sistema da justiça penal em detrimento dos valores da verdade e da justiça”⁹³ em 1998. Significa isto que o legislador anterior teve em conta os valores mais

reforma esta constituição era automática. Não o é agora, por força do n.º 3 do art. 57.º que, remetendo para os n.º 2 e 3 do art. 58.º, obriga para a constituição a uma *comunicação*, oral ou por escrito, feita ao visado, de que a partir desse momento deve considerar-se arguido num processo penal”, e mais à frente uma novidade sobre o visado de Jorge Figueiredo Dias, definindo arguido tendo em conta a sua posição processual – “Parece-nos, assim, não poder definir-se o arguido como aquele sobre quem recaia *“fundada suspeita de cometimento de um crime”*, mas antes como sendo a *pessoa que é formalmente constituída como sujeito processual e relativamente a quem corre processo como eventual responsável pelo crime que constitui objecto do processo.*”

⁹¹ SILVA, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal - noções gerais, elementos do processo penal...*, cit., p. 301: “A constituição como sujeito processual é o polo fundamental da qualidade de arguido já que, com essa constituição, à pessoa como tal constituída é assegurado o exercício de direitos e impostos deveres processuais.”

⁹² RODRIGUES, Anabela Miranda. “A celeridade no Processo Penal: uma visão de direito comparado.” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 1998, Ano 8. p. 242.

⁹³ Cfr RODRIGUES, Anabela Miranda..., op. cit., p. 242, quando refere que “a favor de um desenrolar tanto quanto possível rápido do processo...o facto de a prova perder a sua qualidade e o seu valor com um processo moroso”.

tradicionalistas do nosso sistema penal, nomeadamente o respeito pela posição do arguido no processo.

No entanto, a mesma autora expressa preocupação com a possibilidade da celeridade processual poder ter uma influência negativa na justiça em Portugal, referindo que a promoção da rapidez processual “não se deve fazer à custa das garantias de defesa do arguido”. Como afirma, “simplificar é complexo”, e a “celeridade processual não pode ser sinónimo de não fazer justiça”⁹⁴.

Aquela reflexão comprova que a preocupação demonstrada pelo Tribunal Constitucional relativamente às garantias do arguido não é fruto apenas das circunstâncias da reforma atual, sendo que se trata de uma preocupação generalizada desde dos primórdios do atual Código.

O processo sumário construiu-se sobre o equilíbrio ambivalente entre uma justiça de ação rápida e de imediata introdução dos factos a juízo, mas respeitando sempre as garantias consagradas a nível constitucional em favor do arguido⁹⁵.

A posição do arguido necessita de uma salvaguarda específica, por isso o Tribunal Constitucional expressou essa preocupação em vários acórdãos sobre as virtudes da reforma de 2013. No Acórdão n.º 428/2013, de 15 de julho, referiu que “a prova direta do crime em ocorrência de flagrante delito, ainda que facilite a demonstração dos factos juridicamente relevantes para a existência do crime e a punibilidade do arguido, poderá não afastar a complexidade factual relativamente a aspetos que relevam para determinação e medida da pena ou a sua atenuação especial, mormente quando respeitem à personalidade do agente, à motivação do crime e a circunstâncias anteriores ou posteriores ao facto que possam diminuir de forma acentuada a ilicitude do facto ou a culpa do agente”.

⁹⁴ RODRIGUES, Anabela Miranda..., op. cit., p. 242.

⁹⁵ Cfr. RODRIGUES, Anabela Miranda..., op. cit., p. 242, em apoio referente à ambivalência entre garantias e celeridade: “a favor de um desenrolar tanto quanto possível rápido do processo invoca-se o facto de a prova perder a sua qualidade e o seu valor com um processo moroso. Da mesma forma que um processo longo belisca de maneira significativa a posição jurídica do arguido”.

E que em face disso, “não tem qualquer cabimento afirmar que” a forma sumária de processo deva ser aplicada “a todos os arguidos detidos em flagrante delito independentemente da medida da pena aplicável”. Neste acórdão o Tribunal demonstra a sua preocupação com o excessivo valor concedido ao flagrante delito, dado que por si só obriga à condução do processo para a forma sumária, colocando desse modo o princípio da presunção de inocência em perigo.

O regime do processo sumário aplica-se em face da existência de um flagrante delito, presumindo-se que comprovação dos factos relativos às circunstâncias em que se efetivou o crime são de fácil comprovação. Realiza-se um juízo inicial da culpabilidade que recai sobre o agente, formulação que poderá provocar um conflito com o princípio da presunção de inocência constitucionalmente estabelecido, em determinados momentos⁹⁶.

Em outros acórdãos⁹⁷, o Tribunal Constitucional continuou a formular o seu entendimento no mesmo sentido, confirmando que a Constituição da República implica que “todo o arguido se presume inocente até ao trânsito em julgado da sentença de condenação”. O princípio da presunção de inocência é um dos corolários máximos de uma Estado de Direito.

Nesse pressuposto, só se justifica a supressão de fases preliminares de processo nos casos em que existe um flagrante delito, ou seja, naqueles em que o cometimento do crime por parte do agente as circunstâncias do crime permitem deduzir a existência de um flagrante delito nos termos do Código do Processo Penal⁹⁸.

Sobre este assunto o Procurador João Conde Correia indica que “uma coisa é a redução de garantias que suprimem ou abreviem etapas preparatórias do

⁹⁶ Conforme já referido pelos Professores Gomes Canotilho e Vital Moreira e devidamente citados no subcapítulo anterior.

⁹⁷ Cfr. Acs. n.º 31/87, de 28 de Janeiro, n.º 338/92, de 27 de Outubro, 474/94, de 28 de Junho, e n.º 54/2000, de 3 de Fevereiro., do Tribunal Constitucional.

⁹⁸ Arts. 255.º e 256.º do Código do Processo Penal.

processo, onde, em princípio, nada é decisivo; outra coisa, bem diferente, é a redução das garantias inerentes a um veredicto justo, em particular quando estão em causa crimes de extrema gravidade”⁹⁹.

Este argumento é apoiado pelo Tribunal Constitucional: é na fase de julgamento, mais concretamente na fase da audiência, o momento em que os direitos subjacentes às garantias essenciais de defesa do arguido contêm maior preponderância e importância¹⁰⁰. Como tal, suprimir fases preliminares como a do inquérito ou a de instrução não beliscam as garantias do arguido, até porque essa supressão é uma característica essencial no mecanismo de reação imediata.

São muitos fatores que têm de ser tidos em consideração, sobretudo numa forma processual em que o juiz tem de decidir rapidamente¹⁰¹ e em que o Ministério Público tem pouco tempo para investigar, recolher e produzir prova. A qualidade da reflexão que suportará a sentença que decide a causa depende muito do equilíbrio obtido na fase de julgamento em processo sumário.

Desta forma, tal como afirmado pelo Tribunal Constitucional no primeiro acórdão citado¹⁰², não se justifica o “agravamento do estatuto processual do arguido com a consequente limitação do direito de defesa e a sujeição a uma forma de processo” mais célere em prejuízo de uma decisão justa.

O legislador, prevendo estas críticas, contrapôs com uma solução que aumenta o prazo para preparação de defesa no processo, conferindo mais tempo ao Ministério Público para preparar a acusação.

⁹⁹ CORREIA, João Conde..., op. cit., p. 228

¹⁰⁰ No Ac. n.º 459/2000 de 25 de Outubro, do Tribunal Constitucional, refere que “no rigor das coisas, é a fase de julgamento aquela em que a defesa do arguido implica maiores garantias (...) e a sua plena operatividade, já que é aí que o arguido se vê confrontado diretamente com a eventualidade de uma condenação”.

¹⁰¹ Relembre-se que face às alterações promovidas pelo legislador que o processo sumário pode durar no máximo até 120 dias.

¹⁰² Cfr. Ac. n.º 428/2013, de 15 de Julho, do Tribunal Constitucional.

Resulta destas soluções que o arguido terá mais tempo para pensar e preparar convenientemente a sua defesa, e que o Ministério Público, fazendo uso eficaz dos seus poderes de investigação, terá possibilidade de promover a formulação de uma acusação mais completa e bem fundamentada, que consiga auxiliar o juiz na decisão a tomar relativamente a todos os elementos relevantes do facto ilícito praticado pelo agente.

Todavia, esta é uma solução confusa uma vez que acompanhando o alargamento do prazo para preparação de defesa permite-se ao Ministério Público deduzir acusação de crimes graves no mesmo período. Significa que o tempo que terá para formular uma acusação complexa é manifestamente curto.

Acrescente-se o facto de o arguido ser agora obrigado a requerer prazo para preparar defesa antes de ter conhecimentos dos factos de que é acusado (conforme já mencionado no capítulo 2 da presente tese).

O arguido deve ter acesso a armas processuais com força semelhante àquelas a que outros sujeitos processuais têm acesso, e cabe ao Ministério Público comprovar em julgamento a culpa quanto aos factos que imputa ao arguido.

Na ação penal em Portugal cabe ao Estado a função de provar a culpabilidade do agente relativamente às circunstâncias em apreço. Quando o arguido ainda não tem conhecimento da real dimensão dos factos de que é indiciado não pode defender-se convenientemente.

Desta forma não pode proceder o argumento do legislador de que “a circunstância de o arguido apenas requerer prazo para preparar a sua defesa já depois do início da audiência de julgamento em processo sumário tem impedido que, nestes casos, lhe seja aplicada medida de coação diferente do termo de identidade e residência”¹⁰³. O motivo que o legislador apresenta para seguir com a solução descrita apenas tem sentido nos casos em que se encontram sobre juízo

¹⁰³ Proposta de Lei n.º 77/XII.

crimes de complexidade e violência maior. Ou seja, situações em que normalmente o agente aparenta um grau de perigosidade perante a sociedade mais elevado do que a generalidade.

Face a estas limitações dos direitos essenciais de defesa do arguido, o legislador contrapôs aditando uma exceção ao n.º 1 do artigo 389.º do CPP. O auto de notícia pode substituir a apresentação de uma acusação, mas apenas quando o crime em causa tiver pena inferior ou igual a cinco anos de prisão (mesmo em caso de concurso)¹⁰⁴. Através desta opção o legislador confirma que a crescente complexidade do processo sumário não permite que um auto de notícia seja deduzido como acusação, mesmo que o seu conteúdo descreva fielmente os factos a submeter a juízo.

A abrangência factual do auto de notícia é discutida, e existe quem considere que o auto de notícia contém todos os elementos essenciais que permitem desenvolver uma defesa que respeite os padrões exigidos pelo sistema penal.

Como refere o Professor Germano Marques da Silva “no passado, relativamente a certas infrações penais, o auto de notícia revestia valor probatório especial: fazia fé em juízo até prova em contrário”¹⁰⁵. Mas, na vigência do CPP atual o auto de notícia “vale como documento autentico quando levantando (...) por autoridade pública (...) e, por isso, faz prova dos factos materiais dele constante”¹⁰⁶, mas não prova o cometimento do crime¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Vd. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 288, quando refere que esta exceção constitui uma proteção reforçada do princípio da acusação no processo sumário, para além da tentativa de estabelecer um necessário equilíbrio com as garantias essenciais do arguido.

¹⁰⁵ SILVA, Germano Marques da - *Direito Processual Penal português - do procedimento*, vol. III, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014, p. 55.

¹⁰⁶ SILVA, Germano Marques da - *Direito Processual Penal português - do procedimento...*, cit., p. 55.

¹⁰⁷ Cfr. SILVA, Germano Marques da - *Direito Processual Penal português - do procedimento...*, cit., p. 55, nomeadamente quando refere que “o auto não prova nunca a prática do crime”.

Ou seja, o auto contempla apenas a descrição dos factos, impossibilitando uma descrição pormenorizada e que contenha todos os elementos necessários à decisão nos crimes mais complexos. Por isso, o auto de notícia pode ser demasiado simplista para crimes mais graves, não servindo como acusação do Ministério Público.

A solução seguida permite que se desenvolvam diligências de investigação suficientes para comprovação de crimes que contêm vários componentes ao nível da ilicitude e culpabilidade do agente, defendendo por isso os interesses quer de investigadores, quer do arguido.

Ainda no âmbito deste tema, em recente acórdão, o Tribunal Constitucional pronunciou-se sobre a constitucionalidade dos n.ºs 4 e 5 do artigo 382.º do Código do Processo Penal¹⁰⁸. Tratou-se nesta matéria de perceber se as normas citadas respeitam as garantias do processo criminal (nomeadamente o princípio do contraditório) e a estrutura de poderes entre órgãos judiciais e Magistrados do Ministério Público.

A temática apresentada diz respeito diretamente às garantias do arguido uma vez que é opinião do tribunal *a quo* que rejeitou a aplicação daquelas normas que “tal norma fazia confluir na mesma entidade – o Ministério Público – a possibilidade de dedução de acusação e a realização de diligências de prova pertinentes ao julgamento e sem assegurar o devido contraditório”. Assim, entende aquele tribunal, que a posição processual do arguido seria afetada uma vez que o poder exclusivo do julgador de determinar diligências essenciais à descoberta da verdade e à boa decisão da causa a seu favor é lesado pela aplicação do n.º 4 do artigo 382.º do CPP.

O Ministério Público contrapôs referindo que os poderes conferidos por aquela norma não regulam “os trâmites da fase posteriores à introdução do feito em

¹⁰⁸ Vd. Ac. n.º 83/2015, 28 de Janeiro, do Tribunal Constitucional.

juízo, nem sobretudo, comportam qualquer efeito preclusivo ou mesmo limitador das competências do tribunal”.

Em bom rigor, cabe ao Ministério Público ordenar a realização de diligências essenciais à descoberta da verdade na fase preliminar do processo, constituindo “emanação da competência acusatória, em que se inclui o *poder-dever* de oferecimento das provas idóneas a instruir o julgamento”¹⁰⁹. Ou seja, não é a existência daquele *poder-dever* que impede o julgador “de determinar, oficiosamente ou requerimento, a realização de diligências essenciais à descoberta da verdade quando o Ministério Público se tenha absterido de o fazer (...) ou mesmo a repetição das provas cuja realização foi determinada pelo Ministério Público, se o entender justificado”.

De facto, e na opinião do Tribunal Constitucional, estão em causa “diligências que se integram numa fase preliminar que, não correspondendo formalmente à fase de inquérito no âmbito dos processos comuns, comunga materialmente e funcionalmente das mesmas características das diligências de investigação que nela são realizadas pelo Ministério Público (artigo 262.º do CPP), pois que, tal como estas, visam nuclearmente sustentar a decisão final sobre a acusação do arguido”¹¹⁰.

Quanto ao n.º 5 do artigo 382.º o Tribunal Constitucional refere que “dispõe-se tão-somente quanto à *apresentação a tribunal*, o que, porque comportando um

¹⁰⁹ Cfr. Ac. n.º 83/2015, de 28 de Janeiro, do Tribunal Constitucional que remete diretamente para a Decisão Sumária n.º 691/2014, do Tribunal Constitucional: “É que, pese embora a similitude semântica com os termos usados pelo legislador na enunciação dos princípios da verdade material e de investigação, que regem a produção de prova na fase processual do julgamento (...) é evidente que o sentido da atribuição ao Ministério Público dos correspondentes poderes instrutórios não é o de subverter, nem as fases processuais do processo sumário, antecipando para uma fase prévia, dirigida pelo Ministério Público, diligências que integram materialmente a fase de julgamento e que só podem valer no respeito máximo pelo princípio do contraditório, nem tão-pouco a de conferir àquele sujeito processual poderes que integram as atribuições constitucionais do juiz.”

¹¹⁰ Cfr. Decisão Sumária n.º 691/2014, de 15 de Outubro, do Tribunal Constitucional.

comando dirigido ao arguido e às testemunhas para comparência perante os serviços de justiça, importa a fixação de um dia e hora. Não se confunde, nem dispensa, porém, o ato judicial de designação do momento de início de julgamento »¹¹¹.

Aliás, a lei impõe no artigo 387.º, n.º 2, alínea c) do CPP “em ordem a assegurar os valores de celeridade e simplificação que estruturalmente modelam” o processo sumário, que “o juiz deve dar início à audiência de julgamento nesse prazo máximo”, ou seja dentro dos 20 dias previstos pela lei, independentemente de qualquer agendamento operado pelo Ministério Público. Por isso, o Tribunal conclui que “a lei também não sacrifica, nem o cabal exercício da função de julgar, que é atribuição exclusiva do juiz, nem as garantias de defesa do arguido, que a Constituição consagra”¹¹².

Pelos motivos exposto o Tribunal Constitucional pronunciou-se no sentido de que os n.ºs 4 e 5 do artigo 382.º do CPP respeitam a Constituição, nomeadamente no que diz respeito às garantias consagradas no artigo 32.º da CRP.

Em suma, e como é observável pela decisão exposta, o novo regime do processo sumário reduziu as garantias essenciais do arguido em determinados aspetos, mas por outro lado, a sua posição continuou a ser salvaguardada por algumas das novas soluções introduzidas com a reforma.

No entanto, o aumento exponencial da importância do flagrante delito e o alargamento do objeto do processo sumário provocou um desequilíbrio na distribuição dos delitos pelas formas processuais. Independentemente das medidas

¹¹¹ Também neste ponto o Tribunal Constitucional remete para a Decisão Sumária n.º 691/2014 de 15 de Outubro: “Como parece evidente, em nenhum momento o Ministério Público se substitui ao juiz no agendamento dos julgamentos em processo sumário; o que se limita a fazer é requerer que o arguido seja julgado sob essa forma especial de processo, apresentando-o, para o efeito, no prazo máximo de 20 dias após a detenção, que a lei prevê para tal nas hipóteses em que o arguido exerce o seu direito ao prazo para preparação da sua defesa ou o Ministério Público considera ser necessário a realização prévia de diligências de prova essenciais à descoberta da verdade.”

¹¹² Cfr. Decisão Sumária n.º 691/2014, de 15 de Outubro, do Tribunal Constitucional.

que foram introduzidas para adaptar o regime do processo sumário ao alargamento, a posição do arguido não fica salvaguarda, na medida em que não é possível garantir o pleno exercício do direito de defesa e a obtenção de um julgamento justo e adaptado à gravidade dos factos que cometeu.

A acrescentar às consequências referidas *supra* o arguido vê a sua posição enquanto sujeito processual ser colocada em perigo com a redistribuição de competências dos tribunais criminais. Como já mencionado em capítulos secções anteriores da presente tese, a reforma de 2013 fixou a competência do tribunal singular para julgar em processo sumário.

3.3. O problema da competência dos tribunais criminais

De acordo com parte da doutrina, a alteração do quadro de competências dos tribunais criminais foi uma ação necessária uma vez que “atendendo a que a eliminação da medida legal da pena abstratamente aplicável seria suscetível de tornar um crime sujeito a processo sumário simultaneamente objeto de julgamento em tribunal coletivo, tornar-se-ia imprescindível introduzir um critério que determinasse que o processo sumário continuaria a poder ser julgado em tribunal singular sem que ao tribunal coletivo fosse atribuída essa competência em razão de critérios materiais quantitativos ou qualitativos”¹¹³.

Por esse motivo, o legislador operou uma alteração de paradigma no sistema penal em Portugal. Antes da reforma de 2013, reservava-se ao tribunal coletivo o julgamento de crimes associados grande criminalidade e ao tribunal singular cabia o julgamento de factos ilícitos subjacentes à pequena e média criminalidade nacional. Visto que a função reservada à repressão rápida e imediata da pequena e média criminalidade¹¹⁴ se encontra acoplada ao processo sumário, é o tribunal

¹¹³ BRITO, Beatriz Seabra de, op. cit., p. 294

¹¹⁴ Cfr. texto de MESQUITA, Paulo Dá -*Os processos especiais no Código de Processo Penal português - respostas processuais à pequena e média criminalidade*, Revista Ministério Público, n.º 68, ano 17, Outubro/Dezembro, 1996 a propósito do processo sumário.

singular que tem a legitimidade funcional de solucionar os conflitos emergentes, dentro desse âmbito.

A competência do tribunal coletivo, no período anterior à reforma, estava circunscrita a crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa ou cuja pena máxima, abstratamente aplicável, seja superior a cinco anos de prisão¹¹⁵. No entanto, após a revisão ao Código do Processo Penal de 2013, dever-se-ia considerar o tribunal singular competente para julgar a grande criminalidade. Ou seja, o requisito negativo implícito de competência que existia anteriormente deixa de existir¹¹⁶.

O requisito negativo implícito antes da reforma, e aproveitando as palavras de Beatriz Seabra de Brito na Revista Portuguesa de Ciência Criminal, articulava-se do seguinte modo: “o tribunal singular tem competência face aos crimes que devam ser julgados em qualquer forma especial de processo, porquanto ao tribunal coletivo não cabe essa competência, e que, bem assim, se comete ao tribunal coletivo a competência para o julgamento de crimes que corram em processo comum”¹¹⁷.

Ao requisito negativo implícito substituiu-se um novo, o “requisito explícito”¹¹⁸, dado que a disposição legal passa a prever expressamente a competência do tribunal singular para os crimes julgados em processo sumário: “Compete ainda ao tribunal coletivo julgar os processos que, não devendo ser julgados pelo tribunal singular, respeitem a crimes (...) dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa” tal como

¹¹⁵ Art. 14.º, n.º 2, alínea a) do Código do Processo Penal, antes da reforma de 2013 ao Código.

¹¹⁶ Por exemplo, antes o crime de homicídio privilegiado cumpria com os requisitos de competência do tribunal singular e do processo sumário, mas como continha como elemento do tipo a morte de uma pessoa, não podia-lhe ser aplicável processo sumário. Com a reforma, este enquadramento deixa de existir.

¹¹⁷ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 294 e 295.

¹¹⁸ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 295.

anteriormente, mas acrescenta: “e que não devam ser julgados em processo sumário”¹¹⁹.

Cabendo o julgamento à forma sumária é materialmente competente o tribunal singular, conforme estabelecido na alínea c), do n.º 2 do artigo 16.º do CPP¹²⁰. Desta forma elimina-se o requisito negativo implícito, mas por outro lado, alarga-se o âmbito do tribunal singular a crimes muito mais complexos que antes caberiam ao tribunal coletivo.

No entanto, parte da doutrina considera que esta mudança foi implementada porque as alterações aos critérios de aplicabilidade do processo sumário assim o exigiam. Beatriz Seabra de Brito refere que o surgimento do “requisito explícito” “justifica-se no compensar da eliminação do crivo quantitativo pressuposto para a aplicação do processo sumário”, acrescentando que se não existisse a atribuição expressa da competência do tribunal singular a “possibilitar a intervenção do processo sumário independentemente da medida legal da pena valeria por dizer que o processo sumário se distribuiria entre o tribunal coletivo e o tribunal singular em função dos demais critérios materiais que lhes recortam a competência”¹²¹.

Conclui, então, que a expressão da alínea c), n.º 2, do artigo 16.º do CPP (incluída pós-reforma), é “necessária na ausência do limite quantitativo da pena aplicável enquanto requisito de aplicabilidade do processo sumário”¹²². Se assim não fosse, considera Beatriz Seabra de Brito, convocar-se-ia de novo “a ideia de que o tribunal singular tem a sua competência negativamente delimitada”¹²³.

¹¹⁹ Atual redação do artigo 14.º, n.º 2, alínea a) do Código do Processo Penal.

¹²⁰ “2 – Compete ao tribunal singular, em material penal julgar os processos que respeitarem a crimes: (...) c) que devam ser julgados em processo sumário.”

¹²¹ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 295.

¹²² BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 295 e 296.

¹²³ Vd. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 296: quando refere que sem a inclusão da alínea c), n.º 2, do artigo 16º do CPP “a competência do tribunal singular para o julgamento de crimes que devessem ser julgados em processo sumário poderia ser-lhe subtraída em razão da atribuição de

Por outro lado, não se vislumbrando qualquer comando na Lei Fundamental que obrigue o legislador a distribuir a competência pelos tribunais criminais de forma pré-determinada e específica, a organização de competências dos tribunais penais deverá ser estabelecida de acordo com a orientação legislativa considerada adequada.

Em primeiro lugar, não cabe nas prerrogativas da nossa Constituição a imposição de qualquer restrição daquele tipo e, em segundo lugar, não faria sentido que limitasse as competências dos tribunais penais sobre qualquer forma legislativa. Em bom rigor, esse papel caberá a quem formula e conduz a política criminal em Portugal.

Todavia, o Tribunal Constitucional não se escudou a analisar concretamente a constitucionalidade da distribuição das competências pelos tribunais operada pelo legislador que comandou a política criminal do país, desde o início da vigência do atual Código. Essa análise foi realizada com referência às faculdades de cada tribunal na apetência para fazer cumprir e respeitar as garantias essenciais de defesa do arguido, tecendo considerações sobre o assunto.

Nesse sentido, o Tribunal Constitucional considerou em anterior acórdão que o tribunal singular reduz as garantias essenciais processuais do arguido¹²⁴.

O tribunal singular é normalmente constituído por juízes em início de carreira, com pouca experiência e que, por esse motivo, não se encontram preparados para enfrentar crimes de elevada complexidade factual. Tais crimes

competência ao tribunal coletivo (seja em função da gravidade do crime, seja em função da reserva legal de competência)”.
¹²⁴ Cfr. Ac. n.º 393/89, de 18 de Maio, do Tribunal Constitucional, “Pois bem: é obvio que o julgamento feito pelo tribunal singular oferece ao arguido menos garantias que aquele que é feito pelo tribunal coletivo, uma vez que - e antes de mais - aumenta a margem de erro na apreciação dos factos e, assim, a possibilidade de uma decisão menos justa”.

exigem juízes com maior experiência, permitindo a obtenção de uma resposta com maior rigor de fundamentação¹²⁵.

Como indica o artigo 127.º do CPP, quando reflete sobre a decisão a tomar no caso em concreto que aprecia, o juiz deve ter em consideração a sua livre convicção. Esta liberdade conferida ao juiz para apreciar a prova produzida, só é conseguida através da experiência específica do juiz nos diversos casos que vai dirigindo e observando ao longo dos anos.

Quando se alarga o âmbito do processo sumário, aumenta-se a probabilidade de surgirem crimes com elevada complexidade e exigência os quais, por sua vez, irão exigir ao juiz um nível de conhecimento empírico relativamente elevado.

À falta de experiência dos juízes do tribunal singular soma-se o facto do processo sumário ser realizado de forma mais expedita, retirando tempo aos juízes para refletir sobre os factos submetidos a juízo¹²⁶.

O simples facto de o tribunal coletivo contar com três juízes aumenta a qualidade da reflexão sobre os factos presentes a julgamento, uma vez que permite o debate e troca de ideias sobre as circunstâncias sujeitas a discussão.

Este entendimento é comum a todos os acórdãos que declararam a inconstitucionalidade da norma 381º, n.º 1 do CPP, mantendo-se coerente a linha de argumentação do Tribunal Constitucional.

¹²⁵ Cfr. Ac. n.º 469/2013, de 13 de Agosto, do Tribunal Constitucional que confirma este entendimento: “Como o Tribunal Constitucional tem reconhecido, o julgamento através do tribunal singular oferece ao arguido menores garantias de defesa do que um julgamento em tribunal coletivo, desde logo porque aumenta a margem de erro na apreciação dos factos e a possibilidade de uma decisão menos justa (entre outros, os acórdãos n.º s 393/89 e 326/90). E por razões inerentes à própria orgânica judiciária, o tribunal singular será normalmente constituído por um juiz em início de carreira com menor experiência profissional, o que poderá potenciar uma menor qualidade de decisão por confronto com aquelas outras situações em que haja lugar à intervenção de um órgão colegial presidido por um juiz de círculo”.

¹²⁶ Além disso, importa referir que o tribunal singular é constituído por apenas um juiz, enquanto o tribunal coletivo conta com um painel de três juízes.

Conclui-se, pela simples leitura do texto da lei e pela eliminação do requisito negativo implícito¹²⁷, que será perceptível um crescimento exponencial da abrangência de competências do tribunal singular. Sempre que haja flagrante delito o tribunal singular será competente para o caso, sem prejuízo do Ministério Público, consoante determinados requisitos sejam observáveis ou não¹²⁸, reenviar o processo para outra forma processual.

Assim, independentemente da complexidade da causa, o tribunal singular será a instância competente. No acórdão n.º 469/2013 do Tribunal Constitucional, os juízes que o compõem são perentórios ao afirmar que não respeita os valores do sistema penal a escolha da competência do tribunal por um critério “estranho à substância do litígio”, provocando que “factos da mesma natureza e gravidade, sejam julgados, distintamente, por um tribunal singular ou por um tribunal coletivo, conforme (...) o arguido tenha, ou não, sido detido em flagrante delito”.

Com esta argumentação, o Tribunal Constitucional demonstra as suas dúvidas quanto ao respeito por um princípio constitucionalmente consagrado¹²⁹.

Para o bem do equilíbrio geral da justiça portuguesa não podemos ter casos com circunstâncias de igual complexidade a serem tratados por tribunais diferentes e que oferecem garantias diferentes aos arguidos, sobretudo quando essa diferença de tratamento apenas se deve à existência ou não de flagrante delito.

A partir do momento em que se assume que a formação da convicção do juiz será sujeita a um subjetivismo maior quanto maior for a complexidade da causa é de argumentar no mesmo sentido do Tribunal Constitucional, quando este referiu que o tribunal coletivo defende os melhores interesses do arguido no plano das garantias essenciais de defesa do arguido face ao tribunal singular, até porque

¹²⁷ Embora seja elemento de cariz marcadamente doutrinal.

¹²⁸ Cfr. Art 390.º do CPP.

¹²⁹ O princípio da igualdade encontra-se expressamente consagrado no artigo 13.º, n.º 1 Constituição da República Portuguesa.

sendo constituído por três juízes terá obviamente maior possibilidade de diminuir a discricionariedade da decisão¹³⁰.

Contudo, apesar das considerações tecidas nos parágrafos anteriores, face à declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral proferida pelo Tribunal Constitucional no acórdão n.º 174/2014, haverá que articular o regresso do regime anterior face às regras de competência dos tribunais criminais, já que estas mantêm com o regime pós-reforma.

Nas palavras de Beatriz Seabra de Brito, “desaparecendo a possibilidade de um crime sujeito a processo sumário ser simultaneamente objeto de julgamento em tribunal coletivo, o que furtaria a competência ao tribunal singular, regressa em pleno o “requisito negativo implícito”¹³¹. Além disso, “pelos mesmos fundamentos deixará o critério da forma de processo, porque agora eliminado por inutilidade, de prevalecer sobre a reserva material de competências do tribunal coletivo, como resultava claro do artigo 14.º, n.º 2, alínea a)”¹³² pós-reforma de 2013.

Ou seja, apesar de se concluir pelo regresso do regime que constava no artigo 381.º, n.º 1 e 2 do CPP antes da revisão de 2013 por motivos já explicitados no capítulo 1 da presente tese, continuarão a surgir dúvidas relativamente a regime de distribuição de competências dos artigos 14 e 16.º do CPP, dado que algumas das soluções que aí ainda constam tiveram em consideração o aumento da abrangência do processo sumário conforme preconizado pelo legislador.

¹³⁰ Cfr. MARTINS, A. Lourenço - *Medida da Pena. Finalidades e escolha: abordagem crítica de doutrina e de jurisprudência*. 1.º. Coimbra Editora, 2011, p. 515, que no que diz respeito à medida da pena refere que existe um conjunto de fatores que “tornam a sua fixação em algo que sempre releva de algum subjetivismo e da formação de cada um”.

¹³¹ BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 296.

¹³² BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., pp. 296 e 297.

Por esse motivo, Beatriz Seabra de Brito entende ser necessária uma revisão breve do Código do Processo Penal com o fim recolocar as regras de distribuição de competência conforme ao regime anterior à reforma¹³³.

3.3.1. A fragilidade do flagrante delito – efeitos na competência

O legislador descreve na Exposição de Motivos da reforma como vantagens do flagrante delito a facilidade de prova obtida por seu intermédio. Por esse motivo retirou-se a medida da pena como requisito para aplicação da forma sumária do processo, mantendo-se no entanto o flagrante delito como requisito essencial para aplicação do processo sumário.

Historicamente não se justifica esta opção que prejudica a capacidade do arguido em apoiar-se numa defesa consubstanciada por uma acusação cristalizada e fundamentada. A realidade é que apesar de nem sempre ser possível chegar a uma verdade material, isto é, sem influência do plano processual, o objetivo primordial da justiça penal em Portugal é procurar a verdade material e efetiva.

Ao promover o aumento da rapidez com que se submete os factos a juízo a sua finalidade é colocada em risco, sendo mais provável que atinja uma resolução mais processual do que da real.

Como tal, a própria justiça criminal irá perder consistência, absolutamente necessária à sua atuação, por conta de um julgamento feito à pressa, sem o cuidado necessário na fase pré-judicial e de falhas de consistência ao nível de prova. Esta linha argumentativa dirige-se sobretudo ao que diz respeito aos crimes graves, uma vez que em crimes de complexidade inferior justifica-se que o flagrante delito continue a ter valor probatório, tal como antes era regra.

¹³³ Cfr. BRITO, Beatriz Seabra de..., op. cit., p. 297: “entende que se impõe recuperar o regime das regras de distribuição de competência entre o tribunal coletivo e o tribunal singular anterior à reforma de 2013, assim se eliminando a última parte das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 14.º na atual redação (*e não devam ser julgados em processo sumário*), bem como a alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º da atual redação (*que devam ser julgados em processo sumário*)”.

A visibilidade associada à simplicidade dos factos origina uma janela de oportunidade que legitima a utilização de uma justiça rápida e expedita. O mesmo argumento não pode proceder quanto aos crimes que são constituídos por maior grau de danosidade social, tanto pelo nível de reflexão que exigem na tomada de uma decisão, como pela experiência necessária para que os conhecimentos do juiz alocado ao caso reflitam sobre todos os elementos necessários à fundamentação da decisão respetiva.

Na decorrência do parecer da Ordem dos Advogados à Proposta de Lei 77/XII é curiosa a afirmação de forma tão clara que não faz sentido a existência do tribunal coletivo, face às modificações operadas pelo legislador. Citando o referido parecer, “com o alargamento do âmbito do processo sumário (...) deixa de fazer sentido manter os tribunais coletivos para o julgamento dos crimes puníveis com pena superior a 5 anos de prisão.”

O redator do parecer baseia a sua linha argumentativa no facto do escopo do tribunal coletivo serem os crimes mais graves, associados à grande criminalidade, referindo que “não se alcança razão porque devam continuar a existir tribunais coletivos” se esses mesmos crimes são agora objeto de processo na forma sumária, de acordo com o artigo 381.º, n.º 1 do Código do Processo Penal, logo competência do tribunal singular.

Esta linha de argumentação não é desprovida de suporte. Em bom rigor, a partir do momento em que se assume como natural que os processos remetidos para a forma sumária sejam remetidos a juízo em tribunal singular, tal significa que a visibilidade da prova pode, por si só, modificar o âmbito de competências de um tribunal, perdendo assim o tribunal coletivo espaço e sentido no atual panorama.

O Professor Jorge de Figueiredo Dias debruçou-se sobre este tema¹³⁴ e, na sua opinião, “há excelentes razões político-criminais para que a composição do tribunal (...) seja em função da *gravidade* da infração; e em particular que a apreciação colegial do caso ou ao menos da prova seja (...) vinculativa para a grande e média criminalidade”¹³⁵.

Contudo, não considera correto que o flagrante delito seja utilizado pelo legislador como critério dirimente para compor a distribuição da competência pelos diversos tribunais criminais. Segundo refere, “o que está em causa no valor determinante da forma de processo atribuído ao flagrante delito é ainda a errada (...) conceção de que o crime resulta, essencialmente, da verificação dos elementos do tipo *objetivo* e que o apelo tanto aos elementos do tipo objetivo, como à matéria da culpa, como à matéria da punibilidade, é apenas uma confissão dos lábios que pode ser resolvida na sentença de uma forma apodítica e sem indicação e valoração de factos relevantes que o suportam”¹³⁶.

Na sua opinião, aquela visão sentença suportada pelo resultado objetivamente atingido pelo infrator é antiga, e inconstitucional é censurável¹³⁷. Ou seja, o flagrante delito como critério determinante para a escolha do tribunal competente apresenta-se demasiado frágil, para além de reduzir em demasia as garantias processuais consagradas pelo artigo 32.º, n.º 2 da Constituição.

¹³⁴ Cfr. DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”..., cit., pp. 72 a 76.

¹³⁵ DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”..., cit., p. 74.

¹³⁶ Conforme diz: “Não vejo efetivamente em que deva a circunstância do flagrante delito influenciar as regras de competência relativas à composição do tribunal. Se um homicídio doloso, por exemplo, pode ser apreciado por um juiz único desde que o infrator tenha sido detido em flagrante delito, porque não há de poder sê-lo se o infrator for detido no dia seguinte com provas evidentes (...) de que foi ele o autor do crime?”. Cfr. DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”..., cit., p. 75.

¹³⁷ Vd. DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”..., cit., p. 75: “É, numa palavra, a forma mais censurável de reeditar por esta via as velhas realidades – hoje inconstitucionais, repito – de uma *responsabilidade objetiva* ou *pelo resultado*”.

Conclusão

Após a reflexão realizada ao longo da presente tese, foi possível verificar que não obstante as pretensões do legislador fossem promover a celeridade processual, esse seu objetivo não foi prosseguido através de alterações pontuais sobre a tramitação e procedimentos processuais dos vários regimes, mas sim através da tentativa objetiva de tornar mais frequente a aplicação do processo sumário, enquanto forma processual considerada como mais expedita.

Para ver cumprida essa pretensão, o legislador estendeu a aplicação do processo sumário a crimes com pena abstrata superior a cinco anos de prisão. Contudo, apesar de se concluir que se verifica uma restrição das garantias de defesa do arguido, várias opções legais foram tomadas para estabelecer um equilíbrio entre os direitos essenciais de quem é julgado e a celeridade processual.

No entanto, apesar da tentativa clara em reforçar as garantias essenciais, o Tribunal Constitucional considerou que as opções tomadas não foram suficientes para garantir a integridade constitucional do novo regime do processo sumário. Por esse motivo declarou a inconstitucionalidade com força obrigatória geral do n.º1, do artigo 381.º do CPP.

Aquela decisão tem como principal efeito o regresso do regime anterior do artigo 381.º, n.º 1 e 2 do CPP, o que equivale dizer que só será aplicável o processo sumário a crimes cuja pena máxima abstratamente aplicável não seja superior a cinco anos de prisão. Por outro lado, entende-se que o n.º 2 do artigo 381.º do CPP na redação anterior à revisão de 2013 volta a estar em vigor, o que significa que o processo sumário poderá ser aplicável a crimes com pena abstratamente aplicável superior a cinco anos de prisão, mas que o Ministério Público entenda que deva ser aplicada pena concretamente inferior este limite.

Sendo assim coexistirão soluções dentro do regime do processo sumário que serão contrárias à decisão proferida pelo Tribunal Constitucional e que necessitarão de ser adaptadas pelo aplicador do direito. As normas que entrem em contradição com o acórdão n.º 174/2014 deverão ser interpretadas de forma a que a sua aplicação aos casos em concreto não seja contrária à declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral.

Às normas que se apliquem diretamente a crimes cuja pena abstratamente aplicável seja superior a 5 anos de prisão, nomeadamente o artigo 387.º, n.º 10 do CPP, deverão ser aplicáveis apenas quando o Ministério Público entenda dever ser aplicável pena em concreto inferior a cinco anos de prisão. Desta forma respeita-se o estabelecido no regime do artigo 381.º anterior à reforma e que se entende em vigor.

Por outro lado, as opções que ao longo da presente tese foram tidas como aptas a garantir os direitos essenciais do arguido deverão continuar em vigor, porque não contrárias aos argumentos utilizados pelo Tribunal Constitucional para declarar a inconstitucionalidade, isto é, uma vez que os fundamentos do Tribunal tiveram por base a restrição das garantias fundamentais do arguido, não é lógico que o aplicador do direito deixe de aplicar normas que reforçaram as garantias essenciais da posição do arguido (nomeadamente artigos 382, n.º 3 a 5, 387.º, n.º 1, e 6, 389.º, n.º 1 e 2 do CPP).

O processo sumário, antes simples e célere, transformou-se numa forma processual com uma rede de normas mais densificada, denotando-se, paradoxalmente e em oposição ao objetivo primordial, a ausência de medidas que tivessem o intuito de induzir celeridade à tramitação.

Obviamente que a maior densidade do regime pós-reforma do processo sumário se deveu à tentativa do legislador em tomar medidas que protegessem o arguido perante a abertura daquela forma processual à grande criminalidade.

Por outro lado algumas das opções tomadas mostraram que existiu uma clara preocupação em tentar introduzir um reforço das garantias constitucionalmente consagradas, mesmo que esse esforço se tenha observado insuficiente. Ficou claro que não é possível aumentar o âmbito de aplicação do processo sumário, sem o descaracterizar na sua essência ou finalidade. Ainda que algumas medidas tivessem o objetivo de reforçar as garantias do arguido, estas tiveram como consequência a aproximação do processo sumário a uma forma de processo comum simplificado, portanto sem concordância com a sua gênese.

Em suma, existe no nosso sistema um paralelismo entre a necessidade de celeridade processual e o respeito pelas garantias do arguido. Estes dois conceitos são dependentes entre si, pressupondo-se um equilíbrio entre ambos. Contudo, tal como é referido no acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional, a prioridade deverá ser, na maioria das vezes, a proteção da posição do arguido.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de – *Comentário do Código de Processo Penal*, 2.^a edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2008.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de - *A reforma da justiça criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, Coimbra, 2003.

BRITO, Beatriz Seabra de - “Um processo sumário desassossegado: da reforma de 2013 à reconfiguração do regime legal em face do Acórdão n.º 174/2014 do Tribunal Constitucional” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 2014, Ano 24.

CANOTILHO, J.J. Gomes; MOREIRA, Vital - *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.^o edição, vol. I, Coimbra Editora, 2007.

CANOTILHO, J.J Gomes - *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 4.^o edição, Almedina, Coimbra, 2003.

CORREIA, João Conde - “Os processos sumários e o carácter simbólico de uma justiça dita imediata.”. In *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma cirurgica?*, de André Damas Leite, Coimbra Editora, 2014.

COSTA, José Manuel M. Cardoso da - *A jurisdição Constitucional em Portuga*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2007.

CUNHA, José Manuel Damião da - “aspetos da revisão de 2013 do CPP” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 2013, Ano 23.

DIAS, Jorge de Figueiredo - *Direito Processual Penal*, vol. I (reimpressão da 1.^a edição de 1974), Coimbra Editora, 1984.

- DIAS, Jorge de Figueiredo – “Por onde vai o Processo Penal Português: por estradas ou por veredas?”. In *As Conferências do Centro de Estudos Judiciários*, Almedina, Coimbra, 2014.
- GASPAR, António Henriques - “Processos Especiais.” In *Jornadas de Direito Processual Penal - O novo código de processo penal*, Coimbra: Almedina, 1987.
- MARTINS, A. Lourenço - *Medida da Pena - finalidades e escolha: abordagem crítica de doutrina e de jurisprudência*, 1º edição, Coimbra Editora, 2011.
- MENDES, Paulo de Sousa – *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2014.
- MESQUITA, Paulo Dá - “Os processos especiais no Código de Processo Penal - resposta à pequena e média criminalidade.” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Outubro-Dezembro de 1996.
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa - “Razão e finalidade na revisão de 2013 do Código do Processo Penal.” *Revista Themis - Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, n.º 24/25, Ano XIII, 2013.
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa – *Direito Processual Penal. Curso Semestral*, fascículos policopiados, AAFDL, Lisboa, 1998.
- RODRIGUES, Anabela Miranda - “A celeridade no Processo Penal: uma visão de direito comparado.” *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Abril-Junho de 1998, Ano 8.
- SILVA, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal - noções gerais, elementos do processo penal*, 6º edição, vol. I, Verbo editora, Lisboa, 2010.
- SILVA, Germano Marques da - *Curso de Processo Penal*, 5º edição, vol. II, Verbo Editora, Lisboa, 2011.
- SILVA, Germano Marques da - *Direito Processual Penal português - do procedimento*, vol. III, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.